

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	10
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	11
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	12
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	13
3.7 - Nível de Endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras Informações Relevantes	16

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	17
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	19
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	21
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	42
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	43
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	44
4.7 - Outras Contingências Relevantes	45

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	46
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	47
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	48
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	49
5.4 - Programa de Integridade	50
5.5 - Alterações significativas	52
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	53
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	54
6.3 - Breve Histórico	55
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	56
6.6 - Outras Informações Relevantes	57
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	58
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	59
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	60
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	61
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	62
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	63
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	64
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	65
7.8 - Políticas Socioambientais	66
7.9 - Outras Informações Relevantes	67
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	68
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	69

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	70
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	71
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	72
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	76
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	77
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	78
9.2 - Outras Informações Relevantes	80
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	81
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	90
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	93
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	94
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	97
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	100
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	101
10.8 - Plano de Negócios	102
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	104
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	105
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	106
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	107
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	109
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	110
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	111

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	112
12.7/8 - Composição Dos Comitês	116
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	117
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	118
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	121
12.12 - Outras informações relevantes	122

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	123
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	127
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	131
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	132
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	133
13.6 - Opções em Aberto	134
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	135
13.8 - Precificação Das Ações/opções	136
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	137
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	138
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	139
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	140
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	141
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	142
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	143
13.16 - Outras Informações Relevantes	144

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	145
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	146
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	147
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	148
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	149
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	150
15.3 - Distribuição de Capital	153
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	154
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	155
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	156
15.7 - Principais Operações Societárias	157
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	158
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	159
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	160
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	161
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	162
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	163
17.2 - Aumentos do Capital Social	164
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	165
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	166
17.5 - Outras Informações Relevantes	167
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	168

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	169
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	170
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	171
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	172
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	173
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	174
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	175
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	176
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	177
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	178
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	179
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	180

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	181
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	182
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	183

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	184
20.2 - Outras Informações Relevantes	185

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	186
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	187
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	188
21.4 - Outras Informações Relevantes	189

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo Henrique Oliveira de Menezes

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Jorge Luiz Cruz Monteiro

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO, brasileiro, químico industrial, separado judicialmente, portador da cédula de identidade nº 0311928, expedida pelo CRQ – 3º Região, inscrito no CPF/MF sob o nº 723.515.007-68, com endereço comercial na Avenida Brasil, 3141 – Manguinhos, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor-Presidente da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A - Em Recuperação Judicial (“Refit” ou “Companhia”), vem nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80/22”), declarar que:

- a. Reviu o Formulário de Referência da Companhia (“Formulário de Referência”);
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM 80/22, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c. O Conjunto de informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2022

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor-Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE MENEZES, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 07.023.044-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 829.204.357-87, com endereço comercial na Avenida Brasil, 3141 – Manguinhos, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A - Em Recuperação Judicial (“Refit” ou “Companhia”), vem nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80/22”), declarar que:

- a. Reviu o Formulário de Referência da Companhia (“Formulário de Referência”);
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM 80/22, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c. O Conjunto de informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2022

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE MENEZES
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR-PRESIDENTE / RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Não há necessidade de apresentação deste item, devido ao fato de os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores serem ocupados por pessoas diferentes e estarem descritos no item 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.



2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	13-2
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Nelson de Almeida Costa
CPF/CNPJ	221.550.907-49
Data Início	02/05/2016
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações contábeis para os exercícios de 2015 a 2019: Auditoria das demonstrações contábeis, Auditoria trabalhista/previdenciária e Auditoria trimestral - Revisão ITR/CVM.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 70.000,00 para o exercício de 2017 e os demais exercícios serão corrigidos pelo IGP-M
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Tiago Gotierre de Assis	15/10/2019	317.858.198-79	Av. Brasil, 3141, Benfica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20930-041, Telefone (021) 36135530, Fax (021) 36135530, e-mail: ri@refit.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1299-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	INFORCONT - AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	09.496.375/0001-69
Data Início	01/06/2020
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis para os exercícios a findarem-se a partir de 31 de dezembro de 2020 e subsequentes, de acordo com as práticas contábeis individuais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e revisão limitada e emissão de respectivos relatórios das Informações Trimestrais (ITR) dos exercícios de 2020 e subsequentes, de acordo com a NBC TR 2410 - Revisão de Informações contábeis intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Para os serviços auditoria externa dos exercícios findados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 e revisão dos relatórios de Informações Trimestrais (ITR) dos exercícios de 2020 e 2021 a remuneração total foi, respectivamente, de R\$ 144.529,00 (cento e quarenta e quatro mil e quinhentos e vinte nove reais) e R\$ 227.117,00 (duzentos e vinte e sete mil e cento e dezessete reais).
Justificativa da substituição	A substituição do Auditor visa a aplicação da rotatividade de auditores independentes prevista no artigo 31 da Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Carlos Alberto Borges Bastos	01/01/2020	041.457.207-68	Rua Mairink Veiga nº 4, sala 1501, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20090-050, Telefone (021) 997194417, Fax (021) 997194417, e-mail: inforcontauditores@gmail.com
José Luiz Pereira Alves	22/04/2022	048.148.007-20	Rua Mairink Veiga nº 4, sala 1501, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20090-050, Telefone (021) 997194417, Fax (021) 997194417, e-mail: inforcontauditores@gmail.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	-3.555.720.000,00	-3.193.872.000,00	-2.780.886.000,00
Ativo Total	4.196.772.000,00	3.235.804.000,00	2.489.899.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.211.159.000,00	1.495.594.000,00	1.185.113.000,00
Resultado Bruto	61.379.000,00	-110.378.000,00	37.917.000,00
Resultado Líquido	-361.756.000,00	-412.911.000,00	-228.360.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	67.691.629	67.691.629	67.691.629
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-52,528208	-47,182673	-41,081682
Resultado Básico por Ação	-5,344176	-6,099883	-3,373534

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

- a. regras sobre retenção de lucros**
- b. regras sobre distribuição de dividendos**
- c. periodicidade das distribuições de dividendos**
- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**
- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.0. Fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. Ao emissor

Os fatores de risco relacionados ao emissor, que de alguma maneira poderiam influenciar a decisão de investimentos, se devem, basicamente, a eventuais altas de preços de matérias primas e insumos, praticados no mercado internacional, uma vez que a maioria dos produtos da cadeia do petróleo possuem seus preços regulados pelo mercado internacional.

Outros fatores a serem considerados são os riscos inerentes à Liquidez da Companhia decorrente da sua estrutura de Capital, e os riscos de Crédito e riscos Cambiais inerentes à consecução dos seus negócios.

b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

A Companhia não vislumbra qualquer risco relacionado a seu acionista controlador, isto porque grande parte dos investimentos que vem sendo aplicados para a reestruturação da Companhia são oriundos do caixa de sua controladora, que vem saneando a Companhia, implementando uma administração profissional, com diretores e membros do Conselho de Administração, atuantes no ramo petrolífero, com vasta experiência neste segmento.

c. A seus acionistas

A Companhia poderá obter recursos adicionais no futuro via colocação pública de ações ou outros títulos e valores mobiliários. A captação de recursos por meio da emissão de ações poderá acarretar na diluição da participação acionária dos atuais acionistas da Companhia caso esses não adquiram ações suficientes para manter sua proporção no Capital Social.

d. A suas controladas e coligadas.

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são substancialmente os mesmos relacionados à Companhia.

e. A seus fornecedores

A Companhia vem conseguindo ampliar seu acesso a fornecedores internacionais de petróleo, bem como melhorar as condições de preço e pagamento na aquisição de matéria-prima. Visando construir um ambiente de negócios mais seguro e estável, a Companhia tem discutido com fornecedores a possibilidade de estabelecer contratos de fornecimento de médio prazo. Dessa forma, ela conseguirá garantir não apenas a entrega regular de insumos, mas também proteger-se das oscilações de mercado no que tange à disponibilidade e preço dos produtos.

f. A seus clientes

Com relação aos clientes existe o risco de crédito em decorrência da crise econômica que pode vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia não vem observando problemas de não realização relevantes e mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela sua administração para cobrir possíveis perdas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

A Companhia vem enxergando o cenário bastante favorável ao mercado de refino mediante a consolidação da mudança da política de preços subsidiados praticada pela Petrobrás, além de enxergar a transformação do ambiente competitivo a partir da venda das refinarias da Petrobrás para *players* diferentes onde ela diminuirá sua participação de mercado.

h. À regulação dos setores em que o emissor atue.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia vem enxergando o cenário bastante favorável ao mercado de refino mediante a consolidação da mudança da política de preços subsidiados praticada pela Petrobrás, além de enxergar a transformação do ambiente competitivo a partir da venda das refinarias da Petrobrás para *players* diferentes onde ela diminuirá sua participação de mercado.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia tem relacionamento com países estrangeiros somente nas importações de matéria prima e produto acabado (exclusivamente Diesel).

j. As questões socioambientais

A Companhia possui licença de operação emitida pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, para realizar as atividades de recebimento, tratamento e processamento de insumos (petróleos e derivados - naftas, condensados de petróleo, aromáticos, óleo diesel, blend's de petróleo - recons, etanol e biodiesel) via oleoduto ou modal rodoviário; refino de petróleo nos trens de destilação e2002 e e2004 com capacidade para processamento de 14.300bpd; produção de gasolina tipo A, diesel, solventes especiais e outros derivados de petróleo; armazenamento e movimentação de combustíveis.

Também possui licença ambiental para as atividades de seu oleoduto com 6.818 m de extensão (sendo 3.543 m de trecho terrestre e 3.275 m de trecho marítimo) destinado a transferência de álcool, petróleo e derivados - nafta, condensados, aromáticos e óleo diesel - entre o quadro de boias, localizado na Baía de Guanabara, e a Companhia.

A Refit possui um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) implementado, onde estabelece sua Coleta Seletiva, triando e destinando seus resíduos para as melhores tecnologias disponíveis e promovendo programas para redução da geração e outros temas relacionados à educação ambiental. Todos os efluentes gerados pelas atividades industriais e administrativas são reutilizados internamente, após tratamento. Em cumprimento à condicionantes de Licença, a empresa monitora a Qualidade do Ar através de Estação ligada diretamente ao Órgão Ambiental do Estado, realiza Inventários Anuais de Gases de Efeito Estufa e monitora suas fontes fixas e fugitivas de emissão de poluentes, a fim de manter suas emissões dentro dos padrões estabelecidos pelas legislações aplicáveis.

Como parte de seu calendário de auditorias, pode-se destacar Auditorias Ambientais anuais, seguindo os critérios das legislações vigentes e visando o aprimoramento contínuo do setor de Meio Ambiente. Com a consolidação da implementação de seu Sistema de Gestão Integrado ("SGI") e obtenção da Certificação ISO 9001, encontra-se agora empenhada no processo de Certificação ISO 14.001 - Sistema de Gestão Ambiental e Certificação ISO 45.001 - Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

* * *

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta são os seguintes:

Gestão de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno de suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido e passivo a descoberto da Companhia (Nota 15).

O índice de endividamento são os seguintes:

Descrição	Controladora		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Dívida (i)	(7.737.555)	(6.466.154)	(5.289.757)
Caixa e equivalentes de caixa	13	9	52
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.521.672	1.558.676	967.141
Dívida líquida	(6.215.870)	(4.907.469)	(4.322.564)
Passivo a descoberto (Patrimônio líquido)	(3.554.154)	(3.192.398)	(2.779.487)
Índice de endividamento líquido	(9.770.024)	(8.099.867)	(7.102.051)

(i) A dívida é definida pelo somatório do passivo circulante e o passivo circulante

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Administração da Companhia monitora eventuais problemas de não realização relevantes e em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não estimou perdas em créditos de liquidação duvidosa conforme mencionado na Nota 5.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações. A Companhia elabora uma análise dos fluxos de caixa projetados e periodicamente revisa as obrigações assumidas.

31 de dezembro de 2021	Controladora			
	Menos de 1 Mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Caixa e equivalente de caixa	13	-	-	13
Contas a receber de clientes	307.925	127.571	360.676	796.172
Fornecedores	(36.089)	(1.496)	(800)	(38.385)
	271.849	126.075	359.876	757.800

31 de dezembro de 2020	Controladora			
	Menos de 1 Mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Caixa e equivalente de caixa	9	-	-	9
Contas a receber de clientes	361.220	137.304	155.870	654.394
Fornecedores	(57.383)	(16.934)	(1.892)	(76.209)
	303.846	120.370	153.978	578.194

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Outros tipos de instrumentos financeiros

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

* * *



4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: (a) juízo; (b) instância; (c) data de instauração; (d) partes no processo; (e) valores, bens ou direitos envolvidos; (f) principais fatos; (g) se a chance de perda é: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota; (h) análise do impacto em caso de perda do processo

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

As informações constantes do presente item do Formulário de Referência levam em consideração o histórico judicial, administrativo e/ou arbitral da Companhia e de suas controladas existente até o dia 31 de dezembro de 2021.

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito, principalmente, ao âmbito tributário. O total consolidado de contingências classificadas como perdas prováveis, em 31 de dezembro de 2021, era equivalente a R\$ 300.390 mil (vide nota explicativa 13.1 das DFP disponibilizada no sistema ENET da CVM e no Site de RI: <https://refit.com.br/ri/>). A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para contingências classificadas como prováveis, no entanto, a Companhia e suas controladas também possuem outras demandas judiciais que foram classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no entanto não foram registradas provisões nas respectivas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas (vide nota explicativa 13.3 das DFP). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Apresentamos, a seguir, uma breve descrição dos processos mais relevantes em que a Companhia e suas controladas figuram como partes.

Para os fins deste item, foram considerados como processos individualmente relevantes aqueles em que **(i)** a Companhia e suas controladas figuram no polo passivo e/ou ativo e que **(ii)** tenham valor igual ou superior a R\$ 50 milhões.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A seguir, discrimina-se os processos **superiores a R\$ 50 milhões** tendo como **POLO ATIVO** a Refinaria de Petróleos Manguinhos e/ou suas Controladas.

Ação Indenizatória - Processo n.º 0259040-67.2013.8.19.0001	
Juízo	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e Superior Tribunal de Justiça (STJ)
Instância	Instância Especial (STJ)
Data de instauração	30/07/2013
Autor	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Réu	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 935,5 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Ação de Reparação de Danos movida pela Refit, distribuída por prevenção e apensamento, em que a autora requer reparação de Danos devido à prática de ilícitos concorrenciais praticados pela Ré. • <u>Decisões</u>: Sentença reformada em apelação e que julgou improcedentes os pedidos da Refit e a condenou nos ônus sucumbenciais. • <u>Fase Processual</u>: Recursal - aguarda-se julgamento de Recurso Especial pelo STJ.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
Valor provisionado (se houver provisão)	N/A

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º 0266143-96.2011.8.19.0001 / AResp. 847622 (STJ)	
Juízo	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e Superior Tribunal de Justiça (STJ)
Instância	Instância Especial (STJ)
Data de instauração	01/08/2011
Autor	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Réu	Superintendente Estadual de Arrecadação da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 137,5 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de suspender a exigibilidade dos créditos tributários discutidos nos autos dos Processos Administrativos n.º E-04/058.508/2011, E-04/058.509/2011 e E-04/058.510/2011, indevidamente inscritos em dívida ativa, sob as certidões de n.º 2011/030.383-1, 2011/030.383-9 e 2011/030.384-7, tendo em vista que os pedidos de compensação por precatórios ainda estavam pendentes de decisão administrativa. • <u>Fase Processual</u>: Em 1ª Instância foi concedida a ordem de forma favorável aos interesses da empresa, entretanto a decisão foi reformada em 2ª Instância, com a confirmação da reforma pelos Tribunais Superiores (STJ). Em 30/04/17, ocorreu o trânsito em julgado do processo e, em 30/06/21, houve a remessa dos autos à Central de Arquivamento.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Na provável hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que for julgado definitivamente como devido.
Valor provisionado (se houver provisão)	N/A

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º 0205445-12.2020.8.19.0001	
Juízo	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Instância	1ª instância
Data de instauração	09/10/2020
Autor	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Réu	União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 124,4 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de ação ordinária que objetiva a anulação do Auto de Infração nº 03.493724-3, o qual constituiu crédito tributário a título de ICMS-importação supostamente devido ao Estado do Rio de Janeiro, em decorrência de importações realizadas pela empresa Komport (Porto Velho-RO), por conta e ordem da REFIT, no período compreendido entre agosto de 2014 a maio de 2015. • <u>Fase Processual</u>: Em 06/01/2021 houve o aditamento da petição inicial pela empresa e em 25/02/2022 foi apresentada contestação pelo Estado do Rio de Janeiro. Atualmente o processo pende de sentença. Importa dizer que no caso em referência foi interposto Agravo de Instrumento contra a decisão que indeferiu a tutela requerida pela empresa
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que for julgado definitivamente como devido.
Valor provisionado (se houver provisão)	N/A

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º 0383186-20.2012.8.19.0001	
Juízo	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Instância	2ª Instância
Data de instauração	28/09/2012
Autor	Manguinhos Distribuidora S/A
Réu	Superintendente Estadual de Arrecadação da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 86,9 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade e, posteriormente, cancelar o débito consubstanciado na Certidão de Dívida Ativa n.º 2012/020680-8. • <u>Fase Processual</u>: Em 1ª Instância foi concedida a ordem de forma favorável aos interesses da empresa, entretanto a decisão foi reformada em 2ª Instância. Em 22/05/2020, ocorreu o trânsito em julgado do processo e em 28/03/2022 houve o arquivamento definitivo da demanda.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que for julgado definitivamente como devido.
Valor provisionado (se houver provisão)	N/A

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º 0395607-42.2012.8.19.0001	
Juízo	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Instância	2ª Instância
Data de instauração	08/10/2012
Autor	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Réu	Superintendente Estadual de Arrecadação da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 60,1 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto da Ação: Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos do Processo Administrativo n.º E-04/057.264/2009, indevidamente inscrito em dívida ativa, sob a certidão de n.º 2012/043.782-5, tendo em vista que os pedidos de compensação por precatórios ainda estavam pendentes de decisão administrativa. Mandado de segurança vinculado ao crédito tributário objeto da Execução Fiscal n.º 0385318-50.2012.8.19.0001. • Fase Processual: Em 1ª Instância foi concedida a ordem de forma favorável aos interesses da empresa, entretanto a decisão foi reformada em 2ª Instância. Em 05/12/2019, ocorreu o trânsito em julgado do processo. Atualmente o processo foi encaminhado à Central de Arquivamento e aguarda baixa definitiva.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que for julgado definitivamente como devido.
Valor provisionado (se houver provisão)	N/A

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Indenizatória - Processo n.º 0420150-07.2015.8.19.0001	
Juízo	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Instância	2ª Instância
Data de instauração	14/10/2015
Autor	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Réu	Estado do Rio de Janeiro
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 56,2 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de ação indenizatória ajuizada pela Refit contra o Estado do RJ em que requer o ressarcimento pelos prejuízos causados à empresa devido à expedição do decreto expropriatório do terreno da Refit e que foi considerado nulo na Ação Civil Originária 2162. • <u>Fase Processual</u>: Recursal - em 1ª instância o pedido da Refinaria foi julgado procedente, mas, em sede de apelação, a sentença foi reformada e o pedido julgado improcedente. Contra a decisão foi interposto Recurso Especial, o qual foi admitido em 03/05/2022. Atualmente, aguarda-se a subida dos autos ao STJ.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
Valor provisionado (se houver provisão)	N/A

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A seguir, discrimina-se os processos **superiores a R\$ 50 milhões** tendo como **POLO PASSIVO** a Refinaria de Petróleos Manguinhos e/ou suas Controladas.

Processo Administrativo n.º 15444.720150/2019-18	
Juízo	Receita Federal do Brasil
Instância	2ª Instância Administrativa – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
Data de instauração	02/10/2019
Autor	Receita Federal do Brasil
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 568,5 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto da Ação: Trata-se de Auto de Infração lavrado em face da AXA OIL, para exigência de PIS e COFINS recolhidos a menor em operações de importação de insumos (Naftas), uma vez que as mercadorias foram tributadas com base na alíquota <i>ad valorem</i>, ao passo que a Fiscalização concluiu que estariam sujeitas a alíquotas específicas (<i>ad rem</i>). A Refinaria de Petróleos de Manguinhos foi incluída como responsável solidária pelo débito, por figurar como importadora por conta e ordem e supostamente possuir interesse comum na situação que constitui o fato gerador. • Fase Processual: Aguardando o julgamento do Recurso de Ofício.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente.
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Execução Fiscal n.º 5012745-20.2021.4.02.5101	
Juízo	12ª VF de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Instância	1ª instância
Data de instauração	05/03/2021
Autor	União Federal
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 497,3 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Execução Fiscal proposta para cobrança de débitos decorrentes de PIS/COFINS (alíquota <i>ad rem</i>), CIDE-Importação e multa qualificada de 150% sobre o valor dos insumos no período de 03/2015 a 08/2018, por alteração dolosa da definição das mercadorias (antes naftas e posteriormente condensados) e CIDE/Combustíveis. • <u>Fase Processual</u>: Ajuizamento da execução, com posterior apresentação de Exceção de Pré-Executividade pela empresa, que restou acolhida para extinguir a EF em relação à CDA nº 70 6 19 011060-46, pelo pagamento integral do débito, e a suspensão do processo em relação aos demais débitos exequendos (CDA nº 70 7 19 015461-83, CDA nº 70 6 19 054805-70 e CDA nº 70 6 19 054806-51), ante o parcelamento.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que for julgado definitivamente como devido.
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º E-04/211/8315/2020 – Auto de Infração n.º 03.611938-6	
Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ
Instância	2ª Instância Administrativa (CCRJ)
Data de instauração	06/07/2020
Autor	Estado do Rio de Janeiro
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 470,6 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Auto de Infração objetivando a cobrança de ICMS, FECF e multa, por ter a empresa supostamente não recolhido os respectivos tributos em importações por conta e ordem de terceiros, no período compreendido entre 03/2017 a 01/2019, decorrentes de contrato mantido com a empresa AXA OIL (então “Eros Comércio de Petroquímicos”), matriz e filiais de Macapá, Teresina e João Pessoa. O Fisco aduz que foram excluídas operações objeto de autos de infração lavrados em barreiras fiscais, e que <i>“apenas em relação ao auto de infração n.º 03.534800-2, houve a cobrança do imposto de parte das mercadorias constantes da DI n.º 17/0957940-6, sendo a diferença cobrada na presente autuação”</i>. • <u>Fase Processual</u>: Interposto Recurso Especial ao Conselho Pleno, aguarda-se julgamento.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente.
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo n.º 15444.720024/2021-70	
Juízo	Receita Federal do Brasil
Instância	2ª Instância Administrativa – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
Data de instauração	23/02/2021
Autor	Receita Federal do Brasil
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 366,2 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto da Ação: Trata-se de auto de infração lavrado em face da Refinaria de Petróleos de Manguinhos e da Axa Oil como responsável solidária, objetivando a cobrança de multa aduaneira, sob o entendimento de que a Axa atuou como interveniente de importações por encomendada ou conta e ordem sem nelas identificar o real interessado nas operações, ocultando dos controles aduaneiro e tributário, os destinatários predeterminados (REFIT), no período compreendido entre set/2017 a nov/2019. • Fase Processual: Interposto Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, aguarda-se julgamento.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente.
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo n.º 12448.730235/2015-44	
Juízo	Receita Federal do Brasil
Instância	2ª Instância Administrativa – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
Data de instauração	29/01/2016
Autor	União Federal
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 353,5 MM
Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação:</u> Trata-se de Auto de Infração objetivando a cobrança de PIS e COFINS, referente ao período de dezembro a janeiro de 2011, supostamente devidos, em razão da não comprovação dos créditos terem sido escriturados pela empresa. • <u>Fase Processual:</u> Aguardando julgamento do Recurso de Ofício e do Recurso Voluntário interposto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º E-04/211/12710/2019 – Auto de Infração n.º 03.582527-2	
Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ
Instância	2ª Instância Administrativa (CCRJ)
Data de instauração	24/06/2019
Autor	Estado do Rio de Janeiro
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 343,0 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Auto de Infração que objetiva a cobrança de ICMS, FECPE e multa, por ter a empresa, supostamente, deixado de recolher o imposto em operações de importação realizadas pela filial localizada em Maceió – AL. • <u>Fase Processual</u>: Proferido acórdão, pela 3ª Câmara do CCERJ que, por unanimidade de votos, negou provimento ao Recurso Voluntário interposto pela empresa.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente.
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º E-04/211/12692/2019 – Auto de Infração n.º 03.582524-9 – Auto de Infração relacionado n.º 03.582525-6	
Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ
Instância	2ª Instância Administrativa (CCRJ)
Data de instauração	24/06/2019
Autor	Estado do Rio de Janeiro
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 194,3 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Auto de Infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro, objetivando a cobrança de ICMS, FECP e multa, por suposta ausência de recolhimento do imposto em operações de importação por conta e ordem com as importadoras Komport (Poto Velho – RO), Clickevolução (Palmas – TO) e Axa Oil (Maceió – AL). • <u>Fase Processual</u>: Proferido acórdão pela 4ª Câmara do CCERJ que, por unanimidade de votos, negou provimento ao Recurso Voluntário interposto pela empresa.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente.
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo n.º 12689.720160/2020-18	
Juízo	Receita Federal do Brasil
Instância	2ª Instância Administrativa – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
Data de instauração	23/06/2020
Autor	Receita Federal do Brasil
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 187,8 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Auto de Infração, lavrado pela Alfândega do Porto de Salvador, objetivando a cobrança de multa regulamentar por, supostamente, a empresa ter se ocultado na importação de mercadorias por conta e ordem de terceiros, que foram realizadas pela Dax Oil Refino responsável solidária) e registradas por meio das DIs n° 16/0855377-0, 17/0159288-8 e 17/0503791-9. • <u>Fase Processual</u>: Aguardando julgamento do Recurso Voluntário interposto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente.
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º E-04/211/12717/2019 – Auto de Infração n.º 03.582528-0	
Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ
Instância	2ª Instância Administrativa (CCRJ)
Data de instauração	24/06/2019
Autor	Estado do Rio de Janeiro
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 175,5 MM
Principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Auto de Infração que objetiva a cobrança de ICMS e multa, por supostamente, a empresa ter se creditado indevidamente do imposto em operações de importação realizadas pela filial, em Maceió – AL. • <u>Fase Processual</u>: Proferido acórdão pela 3ª Câmara do CCERJ que, por unanimidade de votos, negou provimento ao Recurso Voluntário interposto pela empresa.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente.
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º E-04/211/8316/2020 – Auto de Infração n.º 03.611939-4 – Processo relacionado n.º 04/211/8315/2020	
Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ
Instância	2ª Instância Administrativa (CCRJ)
Data de instauração	06/07/2020
Autor	Estado do Rio de Janeiro
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 104,5 MM
Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto da Ação: Trata-se de auto de infração que visa a cobrança de ICMS e multa, por ter a Empresa, supostamente, escriturado créditos com base nas remessas fictas realizadas pela empresa Axa Oil ao estabelecimento da REFIT/RJ (CFOP 6.949.), entre março de 2017 a janeiro de 2019. Processo correlato ao Auto de Infração n.º 03.611938-6. • Fase Processual: Proferido acórdão pela 4ª Câmara do CCERJ que, por unanimidade de votos, negou provimento ao Recurso Voluntário interposto pela empresa.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º E-04/211/11728/2020 – Auto de Infração n.º 03.611940-2 – Auto de Infração relacionado n.º 03.611941-0	
Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ
Instância	2ª Instância Administrativa (CCRJ)
Data de instauração	16/09/2020
Autor	Estado do Rio de Janeiro
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 103,0 MM
Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação:</u> Trata-se de auto de infração para exigência de ICMS (16%), FECP (2%) e multa (75%), no total de R\$ 102.994.223,10, não recolhidos ao Estado do Rio de Janeiro em importação própria realizada pela filial da REFIT em Macapá, entre junho, setembro e outubro de 2018. • <u>Fase Processual:</u> Interposto Recurso Voluntário em face do Acórdão da Junta de Revisão Fiscal, que negou provimento à Impugnação, consequentemente julgando procedente o Auto de Infração 03.611940-2.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º E-04/211/424/2018 – Auto de Infração n.º 03.550062-8	
Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ
Instância	2ª Instância Administrativa (CCRJ)
Data de instauração	28/11/2018
Autor	Estado do Rio de Janeiro
Réu	Manguinhos Distribuidora S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 98,0 MM (Valor histórico: R\$398,9 MM)
Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de auto de infração objetiva a cobrança de ICMS-ST, FECF-ST e multas (de ofício e isolada), por suposto recebimento de gasolina (operações de entrada) sem documento fiscal e sem recolhimento do ICMS-ST e do FECF-ST, para o período a partir de 01/07/2013, até 31/12/2016 (ação fiscal RAF n.º 494118-49). • <u>Fase Processual</u>: Aguardando intimação acerca da publicação da decisão que negou provimento ao Recurso de Ofício interposto pelo Estado do Rio de Janeiro, homologando a decisão que reduziu o auto de infração, inclusive com concordância da Representação da Fazenda. Valor histórico: R\$ 398.906.037,56 (novembro de 2018). Auto de infração reduzido para R\$ 97.984.520,37.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º E-04/211/434/2018 – Auto de Infração n.º 03.575186-6 – Autos de Infração relacionados n.º 03.550063-6 e 03.575190-8	
Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ
Instância	2ª Instância Administrativa (CCRJ)
Data de instauração	28/11/2018
Autor	Estado do Rio de Janeiro
Réu	Manguinhos Distribuidora S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente: R\$ 70,4 MM
Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação:</u> Trata-se de auto de infração que objetiva a cobrança de ICMS-ST, FECPE e multas de 75% e formal (5% valor da operação) no valor histórico de R\$ 70.398.716,46, em razão de diferenças de estoque de Álcool Etílico Hidratado Combustível (AEHC) sem a emissão das correspondentes notas fiscais, nos períodos de 07/2013 a 11/2016. • <u>Fase Processual:</u> Em julgamento, foi dado provimento parcial ao Recurso Voluntário interposto pela empresa, pela 2ª Câmara do CCERJ, acolhendo o argumento de decadência de forma unânime e excluindo os períodos relativos aos meses de 01/07/2013 a 28/11/2013 do lançamento, havendo, portanto, a redução estimada de R\$ 17,6 MM.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente.
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º E-04/211/11729/2020 – Auto de Infração n.º 03.611941-0 – Auto de Infração relacionado n.º 03.611940-2	
Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ
Instância	1ª Instância Administrativa (JRF)
Data de instauração	16/09/2020
Autor	Estado do Rio de Janeiro
Réu	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 63,6 MM
Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Objeto da Ação:</u> Trata-se de auto de infração para cobrança de ICMS e multa, pelos créditos escriturados que foram tidos como indevidos (remessas fictas realizadas pela filial ao estabelecimento da matriz), registradas com o CFOP 6152 no período de julho a dezembro de 2018, no valor de R\$ 63.633.956,48. • <u>Fase Processual:</u> Aguardando julgamento da Impugnação interposta pela empresa.
Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente.
Valor provisionado (se houver provisão)	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

*

*

*

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

- a. Juízo
- b. Instância
- c. Data de instauração
- d. Partes no processo (Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicados apenas as iniciais dos nomes das partes)
- e. Valores, bens ou direitos envolvidos
- f. Principais fatos
- g. Se a chance de perda é:
 - Provável -
 - Possível -
 - Remota -
- h. Análise do impacto em caso de perda do processo

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrários em que a Companhia é parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. – Em Recuperação Judicial.

* * *

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Não existem processos judiciais administrativos ou arbitrários sigilosos em que a Companhia é parte e que não tenham sido divulgadas nos itens 4.3 e 4.4.

*

*

*

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

a. Valores envolvidos.

b. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.

Os processos judiciais, administrativos ou arbitrais da Refit e suas controladas que possuem conexão estão discriminados no item 4.3 deste Formulário.

* * *

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não existem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

* * *



4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

- a. Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos.**
- b. Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários.**
- c. Hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação.**
- d. Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável.**
- e. Outras questões do interesse dos investidores.**

Não existem valores mobiliários da Refit negociadas em país estrangeiro.

* * *

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.0. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
 - i. os riscos para os quais se busca proteção
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos
- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

b. as estruturas organizacionais envolvidas

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	14/12/1954
Forma de Constituição do Emissor	Companhia constituída em forma de sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	14/05/1970

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico do emissor

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.0. Atividades do emissor

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos - geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

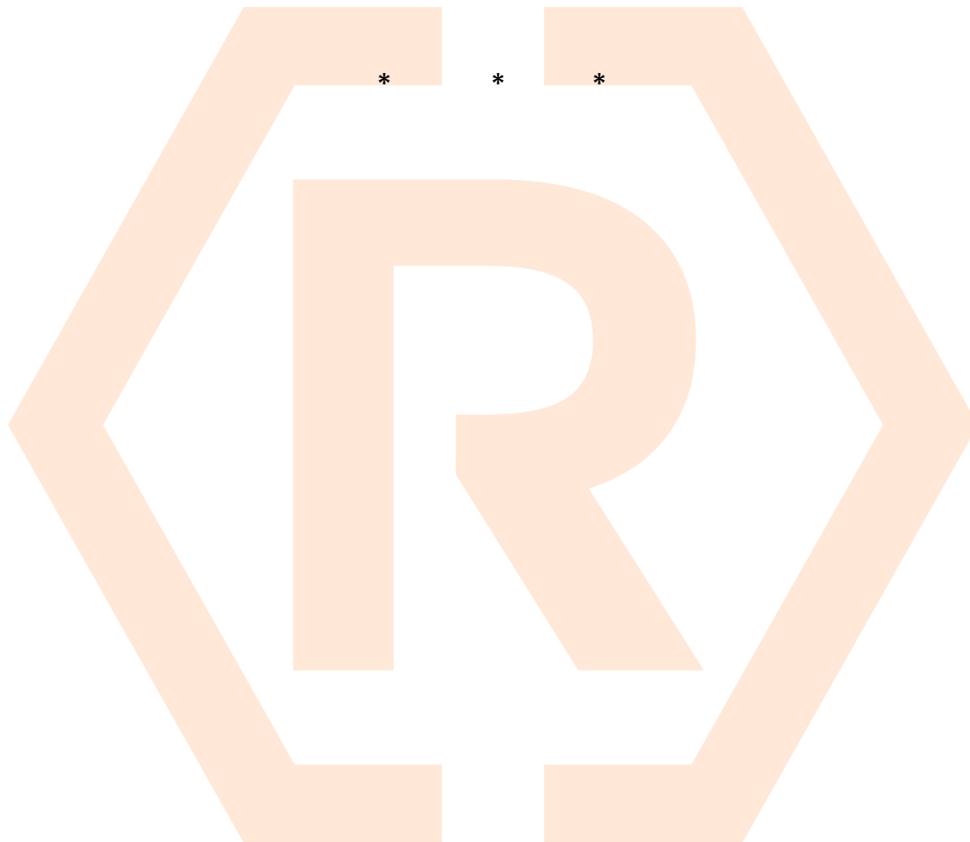
* * *

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

- a. produtos e serviços comercializados**
- b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**
- c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção

b. características do processo de distribuição

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

ii. condições de competição nos mercados

d. eventual sazonalidade

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

iii. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



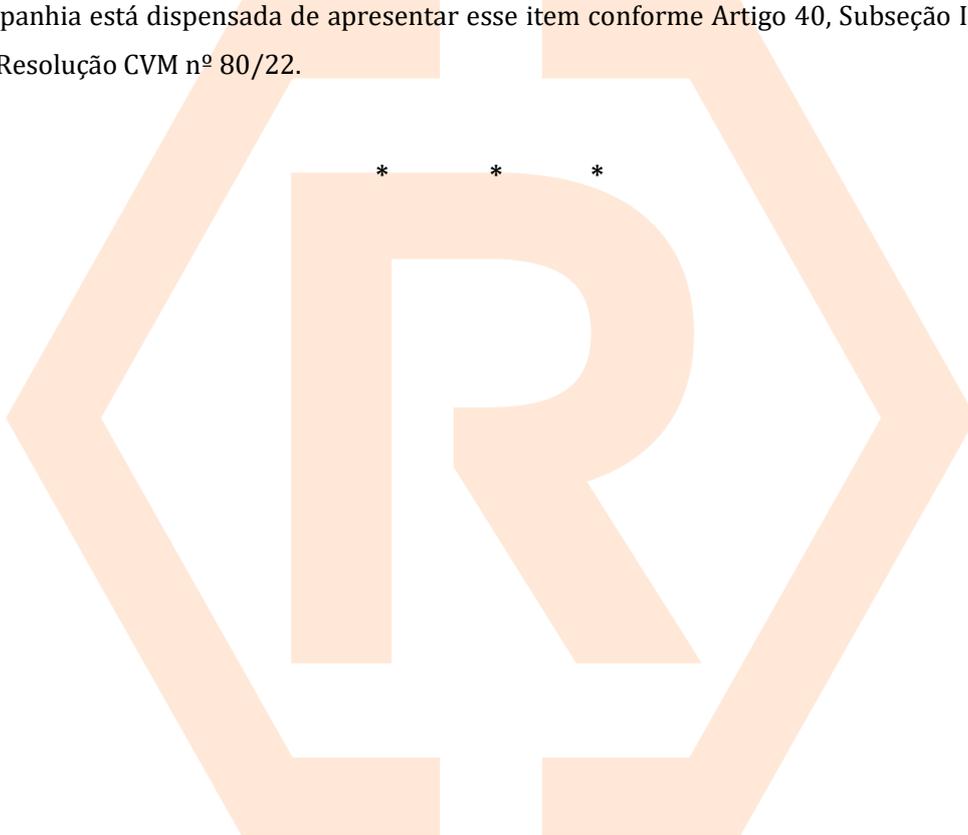
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**
- b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**
- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

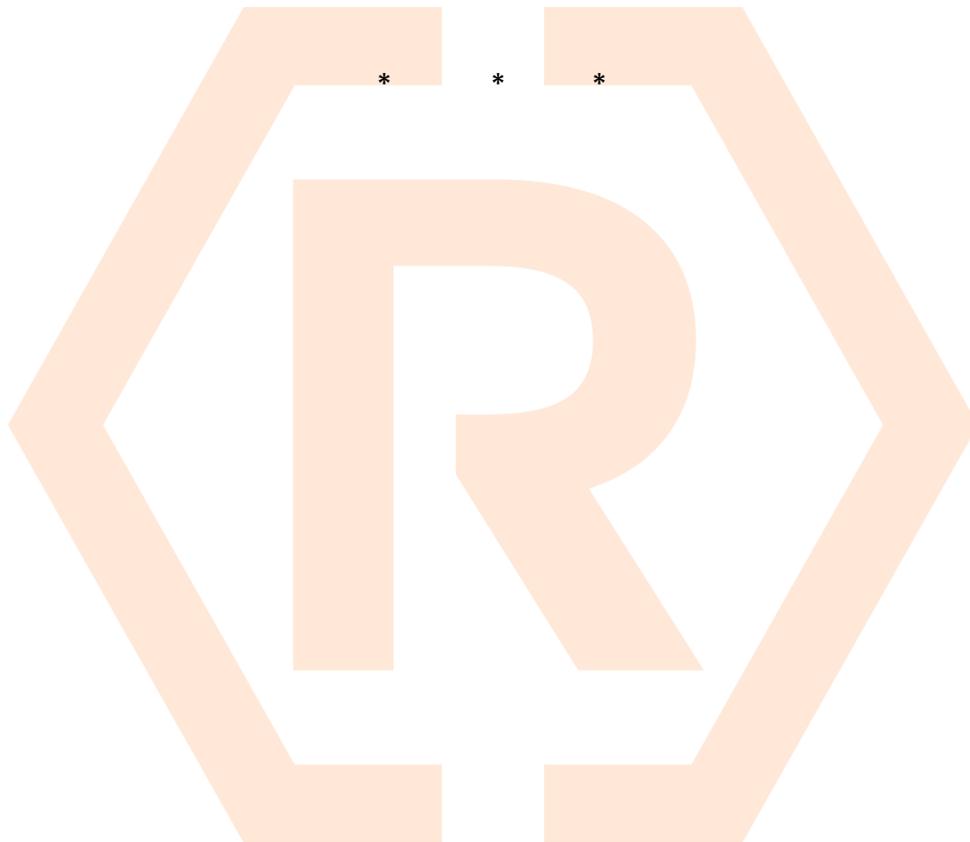


7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**
- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.



7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

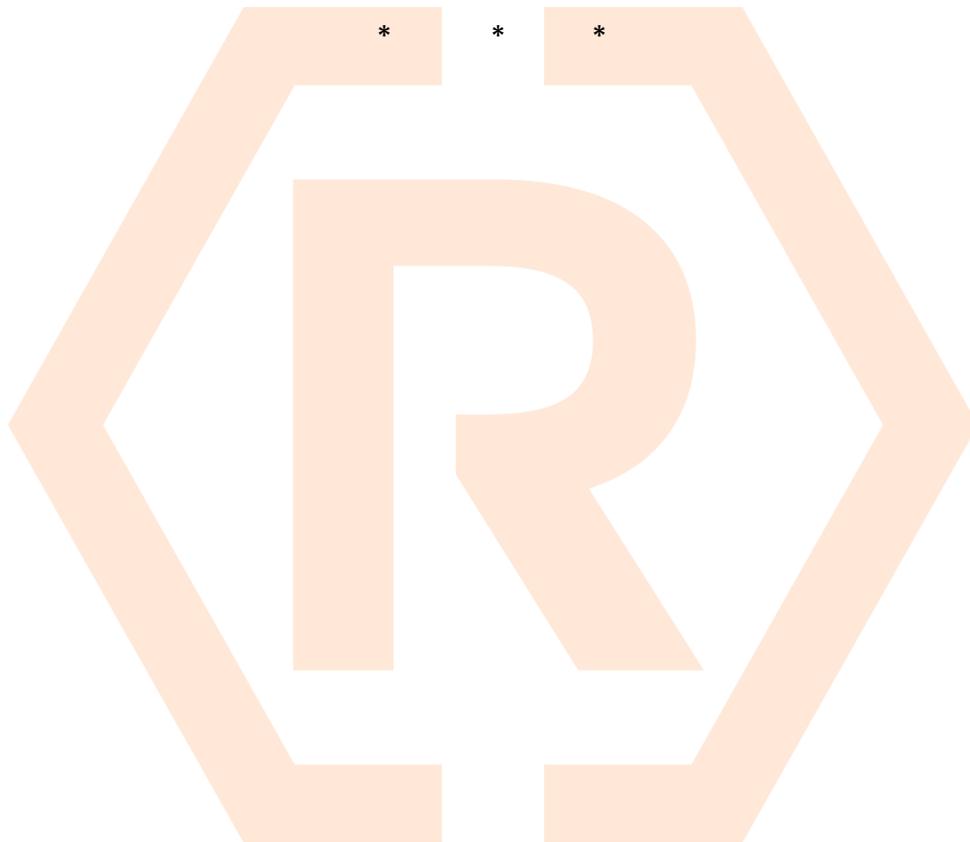


7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

- a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais**
- b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações**
- c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**
- d. a página da rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.



7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



8.1 - Negócios Extraordinários

8.0. Negócios extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**9.0. Ativos relevantes**

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:

a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

Formulário Inicial

[9.1.a - Ativos Imobilizados](#)

Descrição do bem do ativo imobilizado				
Terrenos				
País de localização		UF de localização		
Brasil		RJ		
Município de localização		Tipo de propriedade		
Rio de Janeiro		Própria		

	Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de loc
	Terrenos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro
	Edifícios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro
	Instalações	Brasil	RJ	Rio de Janeiro
	Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro
	Equipamentos de Armazenagem	Brasil	RJ	Rio de Janeiro
	Móveis e Utensílios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro
	Veículos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro
	Computadores e Periférios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

b. Ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:

i. Duração

ii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

iii. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.



9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

c. As sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:

i. Denominação social

ii. Sede

iii. Atividades desenvolvidas

iv. Participação do emissor

v. Se a sociedade é controlada ou coligada

vi. Se possui registro na CVM

vii. Valor contábil da participação

viii. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários

ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil

x. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados

xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais

xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Sociedade em que o emissor tenha participação				
Denominação Social			CNPJ	
Manguinhos Química S.A.			46.011.524/0001-89	
País sede	UF sede	Município sede		
Brasil	SP	Campinas		
Descrição das atividades desenvolvidas				
A Manguinhos Química S.A. - em Recuperação Judicial - tem como objeto social preponderante a industrialização e comércio de derivados de petróleo e formulação e comercialização de outros produtos químicos. A investida encontra-se com sua atividade operacional paralisada.				
Participação do emissor (%)	Tipo sociedade	Possui registro CVM	Código CVM	
100,000000	Controlada	Não	---	
Razões para aquisição e manutenção de tal participação				
A companhia emissora tem como principal razão da manutenção da participação o fato da controlada atender o mercado de lubrificantes e derivados.				
Valor mercado			Valor contábil	
Data			Data	31/12/2021
Valor	0,00 (Reais)		Valor	0,00 (Reais)
Valorização ou desvalorização				
Data encerramento	/ /	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Valor contábil - variação %	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Valor mercado - variação %	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
	(Reais)	(Reais)	(Reais)	(Reais)
Montante de dividendos recebidos	0,00	0,00	0,00	0,00

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Sociedade em que o emissor tenha participação

Denominação Social: **Manguinhos Distribuidora S.A.** CNPJ: **33.461.567/0001-14**

País sede: **Brasil** UF sede: **RJ** Município sede: **Rio de Janeiro**

Descrição das atividades desenvolvidas: **A Manguinhos Distribuidora S.A. - em Recuperação Judicial - tem por objeto social a distribuição de combustíveis em geral (derivados de petróleo), a comercialização, envasilhamento e o transporte desses produtos.**

Participação do emissor (%): **99,040000** Tipo sociedade: **Controlada** Possui registro CVM: **Não** Código CVM: **----**

Razões para aquisição e manutenção de tal participação: **A companhia tem como principal razão da manutenção da participação o fato da controlada atender o mercado varejista e atacadista de gasolina tipo C.**

Valor mercado: Data: **__/__/____** Valor: **0,00** (Reais)

Valor contábil: Data: **31/12/2021** Valor: **0,00** (Reais)

Valorização ou desvalorização

Data encerramento	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Valor contábil - variação %	0,000000	0,000000	0,000000
Valor mercado - variação %	0,000000	0,000000	0,000000
Montante de dividendos recebidos	0,00	0,00	0,00

Sociedade em que o emissor tenha participação

Denominação Social: **Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.** CNPJ: **09.008.431/0001-79**

País sede: **Brasil** UF sede: **PR** Município sede: **Araucária**

Descrição das atividades desenvolvidas: **A Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. - em Recuperação Judicial - tem como objeto social preponderante o comércio atacadista e transporte rodoviário de derivados do petróleo e de outros combustíveis. A investida encontra-se com suas atividades paralisadas.**

Participação do emissor (%): **1,000000** Tipo sociedade: **Controlada** Possui registro CVM: **Não** Código CVM: **----**

Razões para aquisição e manutenção de tal participação: **A companhia tem como principal razão da manutenção da participação o fato da empresa atender o mercado atacadista de combustíveis.**

Valor mercado: Data: **__/__/____** Valor: **0,00** (Reais)

Valor contábil: Data: **31/12/2021** Valor: **0,00** (Reais)

Valorização ou desvalorização

Data encerramento	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Valor contábil - variação %	0,000000	0,000000	0,000000
Valor mercado - variação %	0,000000	0,000000	0,000000
Montante de dividendos recebidos	0,00	0,00	0,00

* * *

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terrenos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Edifícios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Instalações	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamentos de Armazenagem	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Veículos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Computadores e Periférios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.	09.008.431/0001-79	-	Controlada	Brasil	PR	Araucária	A Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. - em Recuperação Judicial - tem como objeto social preponderante o comércio atacadista e transporte rodoviário de derivados do petróleo e de outros combustíveis. A investida encontra-se com suas atividades paralisadas.	1,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A companhia tem como principal razão da manutenção da participação o fato da empresa atender o mercado atacadista de combustíveis.								
Manguinhos Distribuidora S.A.	33.461.567/0001-14	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Manguinhos Distribuidora S.A. - em Recuperação Judicial - tem por objeto social a distribuição de combustíveis em geral (derivados de petróleo), a comercialização, envasilhamento e o transporte desses produtos.	99,040000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A companhia tem como principal razão da manutenção da participação o fato da controlada atender o mercado varejista e atacadista de gasolina tipo C.								
Manguinhos Química S.A.	46.011.524/0001-89	-	Controlada	Brasil	SP	Campinas	A Manguinhos Química S.A. - em Recuperação Judicial - tem como objeto social preponderante a industrialização e comércio de derivados de petróleo e formulação e comercialização de outros produtos químicos. A investida encontra-se com sua atividade operacional paralisada.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A companhia emissora tem como principal razão da manutenção da participação o fato da controlada atender o mercado de lubrificantes e derivados.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10. Comentários dos Diretores

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste item 10.1, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em virtude do Decreto nº 43.892 de 15 de outubro de 2012, através do qual o Governador do Estado do Rio de Janeiro declarou de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel da Companhia, localizado na Avenida Brasil, nº 3.141, Rio de Janeiro – RJ, as operações da Companhia foram drasticamente impactadas.

b. Estrutura de capital:

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital consolidada da Companhia representativa do padrão de financiamento de suas operações:

ESTRUTURA DE CAPITAL			
(em milhares de Reais)	2021	2020	2019
Capital de Terceiros (Passivo circulante + Passivo Não Circulante)	7.752.492	6.429.676	5.270.785
Passivo à descoberto	(3.555.720)	(3.193.872)	(2.780.886)
PASSIVO TOTAL	4.196.772	3.235.804	2.489.899

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 15 de maio de 2015, a Companhia ajuizou na comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial, aprovado posteriormente em assembleia de credores realizada em 16 de dezembro de 2016 e homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017, com o objetivo de viabilizar o pagamento de um passivo gerado devido aos danos causados: (a) pelo anúncio do Decreto Estadual Expropriatório, o qual a Companhia recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) e obteve, em julgamento final realizado em agosto de 2020, sentença favorável garantindo à Refit a posse do imóvel onde se situa seu parque industrial; e (b) pela política de subsídios ao preço da gasolina praticada pelo Governo Federal.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia reitera sua confiança no Poder Judiciário e destaca que sua localização estratégica, tanto para a produção, como para a importação de derivados, a levará a superar esse momento delicado, registrando, em especial, que o mercado de combustíveis vem, reiteradamente, demandando maiores volumes de produção e importação de derivados de petróleo.

Apesar do cenário acima descrito a Companhia reitera que mantém adimplente todos os compromissos assumidos junto a credores da Recuperação Judicial e parcelamento de impostos federais, estaduais e municipais.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A Companhia para os exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019 não contraiu nenhum tipo de financiamento e/ou linha de crédito com instituições financeiras. Para o investimento em ativo não circulante, para os exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019, a Companhia utilizou-se principalmente do fluxo de caixa como fonte de financiamento.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Vide comentário em 10.1 (d).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

Conforme já mencionado no item 10.1 (d), a Companhia não se utilizou de financiamento junto às instituições financeiras, conforme evidencia-se no quadro abaixo. Cabe mencionar, ainda, que todos os investimentos realizados em ativo não circulante foram feitos com recursos próprios (fluxo de caixa).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimo e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)		-	-
Contrato de Mútuo (R\$)		-	-
Circulante (R\$)		-	-
Empréstimo e Financiamentos c/ Pessoa Jurídica para Capital de Giro (R\$)		-	-
Empréstimos e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)		-	-
Não circulante (R\$)		-	-
Total do Endividamento Financeiro (R\$)	-	-	-
Total do Ativo (R\$)	4.196.772	3.235.804	2.489.899
Total do Endividamento Financeiro (%)	0,00%	0,00%	0,00%

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

A Companhia, para os 3 (três) últimos exercícios sociais, não tinha nenhum tipo de relação de longo prazo com nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Para os exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum tipo de empréstimo e financiamento com nenhuma instituição financeira.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

A Companhia para os exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019 não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

g. Limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

A Companhia, para os exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019, não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Os Diretores da Companhia comentam que as informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As alterações ocorridas nos itens das demonstrações financeiras consolidadas estão refletidas nos comentários abaixo depois do balanço patrimonial.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balço Patrimonial Consolidado

Refinaria de Petr3leos de Manguinhos S.A.

Balços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Análise Horizontal		Análise Horizontal	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	2021 x 2020		2020 x 2019	
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	13	9	53	4	44%	(44)	-83%
Contas a receber	1.521.201	1.558.449	967.141	(37.248)	-2%	591.308	61%
Estoques	68.155	149.731	172.036	(81.576)	-54%	(22.305)	-13%
Adiantamento a fornecedores	1.779.983	1.036.793	33.699	743.190	72%	1.003.094	2977%
Partes relacionadas	441.588	199.233	1.011.619	242.355	122%	(812.386)	-80%
Impostos a recuperar	86.832	29.972	73.402	56.860	190%	(43.430)	-59%
Outros ativos	24.783	24.923	24.844	(140)	-1%	79	0%
	3.922.555	2.999.110	2.282.794	923.445	31%	716.316	31%
Não circulante							
Dep3sitos judiciais	8.302	6.193	6.196	2.109	34%	(3)	0%
Partes relacionadas	-	-	-	-	0%	-	0%
Imobilizado	258.031	221.304	190.650	36.727	17%	30.654	16%
Intangível	7.884	9.197	10.259	(1.313)	-14%	(1.062)	-10%
	274.217	236.694	207.105	37.523	16%	29.589	14%
Total do ativo	4.196.772	3.235.804	2.489.899	960.968	30%	745.905	30%
Passivo							
Circulante							
Empr3stimos e financiamentos	-	-	-	-	0%	-	0%
Fornecedores - PC	40.399	78.083	17.408	(37.684)	-48%	60.675	349%
Obriga33es tribut3rias - PC	7.002.861	5.714.596	4.615.673	1.288.265	23%	1.098.923	24%
Obriga33es trabalhistas e previdenci3rias	7.950	6.675	6.286	1.275	19%	389	6%
Outras contas a pagar	41.116	16.665	16.218	24.451	147%	447	3%
	7.092.326	5.816.019	4.655.585	1.276.307	22%	1.160.434	25%
Não circulante							
Arrendamentos a pagar	389	1.777	1.986	(1.388)	-78%	(209)	-11%
Fornecedores	19.762	21.155	22.619	(1.393)	-7%	(1.464)	-6%
Partes relacionadas	-	-	-	-	0%	-	0%
Obriga33es tribut3rias	339.625	163.169	163.172	176.456	108%	(3)	0%
Provis33es para demandas administrativas e judiciais	300.390	427.556	427.423	(127.166)	-30%	133	0%
	660.166	613.657	615.200	46.509	8%	(1.543)	0%
Patrim3nio l3quido (passivo a descoberto)							
Capital social	208.714	208.714	208.714	-	0%	-	0%
Reservas de capital	19.752	19.752	19.752	-	0%	-	0%
Ajuste de avalia33o patrimonial	28.825	39.046	49.267	(10.221)	-26%	(10.221)	-21%
Preju3zos acumulados	(3.811.221)	(3.459.686)	(3.056.996)	(351.535)	10%	(402.690)	13%
(-) A333es em tesouraria	(224)	(224)	(224)	-	0%	-	0%
	(3.554.154)	(3.192.398)	(2.779.487)	(361.756)	11%	(412.911)	15%
Patrim3nio l3quido (passivo a descoberto) - controladores							
Participa33o de n3o controladores	(1.566)	(1.474)	(1.399)	(92)	6%	(75)	5%
Total do patrim3nio l3quido (passivo a descoberto)	(3.555.720)	(3.193.872)	(2.780.886)	(361.848)	11%	(412.986)	15%
Total do passivo e patrim3nio l3quido (passivo a descoberto)	4.196.772	3.235.804	2.489.899	960.968	30%	745.905	30%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Exercício Social de 2021 x Exercício Social de 2020

ATIVO

Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que apesar do aumento significativo das vendas ocorridas no exercício de 2021 (vide nota explicativa n.º16) a Administração da Companhia vem buscando manter os valores a receber junto aos seus clientes, sem atraso, visando o fluxo de caixa das operações para manter adimplentes suas obrigações junto a fornecedores, os impostos gerados na operação e os seus parcelamentos vigentes. Outro fator que contribuiu para a queda de 2% da rubrica, em 2021, se deriva do cenário econômico vivido pela pandemia da Covid-19 que trouxe dificuldades para nossos clientes e resultou em dificuldades de cumprimento de suas obrigações, comportamento que não se viu em 2019, mas iniciou-se em 2020 como percebe-se na análise apresentada. Ao encerramento do exercício de 2021 os títulos vencidos representavam 47,7% da carteira de recebíveis, sendo 16,7% até 30 dias, 16,1% de 31 a 60 dias e 14,8% acima de 60 dias. Cabe mencionar que os valores em atraso foram recebidos em sua totalidade em períodos subsequentes (vide nota explicativa n.º5.1).

Variação Partes Relacionadas:

A rubrica refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas. O incremento observado, em 2021, na Receita Líquida foi totalmente recebido e, conseqüentemente, elevou o caixa atrelado às partes relacionadas, por isso, a elevação de 122% comparado a 2020.

Variação Adiantamento a Fornecedores:

O aumento desta rubrica em 2021, se comparado, se deve a antecipações feitas em moeda estrangeira aos nossos fornecedores para aquisição (importação) de matérias-primas utilizadas na produção de Gasolina A, Diesel A e Óleo Diesel Marítimo (DMA), e desta forma, amenizar os impactos de compras futuras de dólares no mercado cambial em um cenário de forte valorização do dólar frente ao real, visto em 2021, em torno de 7,4%.

Variação Imobilizado – Não Circulante:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O crescimento de 17% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados em nosso Parque industrial visando o aumento da produção e modernização da planta a qual já foi evidenciada em 2021 com incremento de 33,5% de suas receitas brutas (vide nota explicativa n.º16).

PASSIVO

Variação do Fornecedores - Circulante:

A diminuição nesta rubrica é explicada pela maior disponibilidade na rubrica Partes Relacionadas a qual possibilita cada vez mais o pagamento à vista de seus fornecedores.

Variação Obrigações Tributárias:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe jurídica. A Companhia protocolou pedido de Parcelamento Especial em 24 de junho de 2021, para pagamento em 120 (cento e vinte) parcelas dos débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 113 (cento e treze) parcelas a pagar (vide nota explicativa n.º12 – letra “e”).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Exercício Social de 2020 x Exercício Social de 2019

ATIVO

Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que o crescimento da carteira de recebíveis se deu em conformidade ao aumento de receita observado no último exercício social, em linha com a maior produção e venda observada nos últimos anos. Outro fator que contribuiu para o crescimento de 61% da rubrica em 2020 se deriva do cenário econômico vivido pela pandemia da Covid-19 que trouxe dificuldades para nossos clientes e resultou em dificuldades de cumprimento de suas obrigações, fazendo com que tivéssemos um incremento na inadimplência, comportamento que não se viu em 2019. Ao encerramento do exercício os títulos vencidos representavam 58% da carteira de recebíveis, sendo 17% até 30 dias, 20% de 31 a 60 dias e 21% acima de 60 dias.

Variação Partes Relacionadas:

A rubrica refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas. A significativa redução está atrelada ao incremento observado na rubrica de adiantamento a fornecedores.

Variação Adiantamento a Fornecedores:

O aumento desta rubrica em 2020 se comparado se deve a antecipações feitas em moeda estrangeira a nosso fornecedor para aquisição (importação) de matérias primas, e desta forma, amenizar os impactos da compra futura de dólares no mercado cambial em um cenário de forte valorização do dólar frente ao real visto em 2020.

Variação Imobilizado – Não Circulante:

O crescimento de 16% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados incorridas em 2020 de acordo a seu plano de investimento. Estes investimentos se devem, principalmente, para a adequação e modernização da planta.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO

Variação do Fornecedores - Circulante:

O crescimento observado é explicado pela maior necessidade de mercadorias para a produção de combustíveis, em linha com o aumento nas vendas para o período.

Variação Obrigações Tributárias:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe jurídica. Em 2020 a Companhia protocolou pedido de Parcelamento Ordinário, para pagamento em 60 (sessenta) parcelas dos débitos de PIS e COFINS junto à Secretaria da Receita Federal (RFB), das competências de setembro e outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 59 (cinquenta e nove) parcelas a pagar.

* * *

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Resultados das operações

a. Resultados das operações, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Para os exercícios sociais de 2021 e 2020 a principal fonte de receita da Companhia foi a comercialização de Gasolina A decorrente do refino de matérias-primas derivadas do petróleo, que é realizado em sua usina localizada no Rio de Janeiro. Para o ano de 2020, iniciou-se também a produção de Diesel S10, para que fosse comercializado em complemento à Gasolina A e, a partir de 2021, houve também a produção de Óleo Diesel Marítimo (DMA) o qual é utilizado em sistemas auxiliares de geração de energia ou emergência e em motores de propulsão de embarcações de pequeno e médio porte.

Nos últimos anos a receita líquida da Companhia foi de R\$ 1.185.113 mil em 2019, R\$ 1.495.594 mil (+26%) em 2020 e de R\$ 2.211.159 mil (+48%) em 2021. A melhora está diretamente relacionada com o maior volume de produção, incluindo a produção de Diesel S10 iniciada em 2020, e do Óleo Diesel Marítimo a partir de 2021, decorrente da constante e crescente venda de produtos. Outros fatores que contribuíram para a receita foi a alta do preço médio observada nos últimos anos, e a melhora na eficiência do processo de refino.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Os Diretores da Companhia comentam, de maneira geral, que os principais fatores que afetaram o resultado operacional nos três últimos exercícios foram:

- Aumento do custo dos produtos vendidos em decorrência do incremento apresentado com as despesas com importação fortemente afetadas com o aumento da *commodity* no mercado internacional e pela alta do dólar em 2021 e 2020;
- Aumento das despesas administrativas, sendo: i) multa sobre parcelamento especial de débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – vide nota explicativa n.º12 – letra “e”); e ii) aumento do quadro de colaboradores na rubrica Recursos Humanos (vide nota explicativa n.º17);
- Houve um aumento na rubrica Serviços de Manutenção e Consertos (vide nota explicativa n.º17.1) referentes aos serviços de manutenção realizados no oleoduto localizado na Baía de Guanabara que se conecta aos tanques de armazenagem da Refinaria;

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

- A variação na incidência composta do ICMS-Próprio e ICMS-ST sobre as vendas; e
- Em 2021, na rubrica Fretes e Carretos (vide nota explicativa n.º17) e na rubrica Serviços de Armazenagem (vide nota explicativa n.º17.1) em virtude da utilização do oleoduto localizado na Baía de Guanabara que se conecta aos tanques de armazenagem da Refinaria e facilita o recebimento de matérias-primas oriundas de importações, as quais eram armazenadas em tanques de terceiros contratados.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A Companhia não teve variações significativas de receita que pudessem ser atribuídas a quaisquer dos eventos relacionados acima. Cabe ressaltar que apesar de ter autonomia em sua definição de preços, acompanha de perto a política de preços controlados e sua definição no mercado interno, haja visto que por ter pequena participação de mercado, não pode ter uma definição acima dos preços em linha oposta aos praticados a nível nacional. Esta política, por sua vez, já contempla variações na taxa de câmbio e a volatilidade do preço do petróleo e seus derivados.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante:

Os Diretores da Companhia comentam que devido à aquisição de insumos proveniente do mercado internacional, os aumentos na taxa de câmbio tiveram impacto direto no custo dos produtos e serviços vendidos, o que afetou de maneira considerável seu resultado para o exercício de 2021, sendo que o crescimento versus 2020 foi de 41,5%. Para o exercício de 2020, se comparado com 2019, o crescimento desta rubrica foi de 40% e da receita foi 26%.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Demonstração de Resultado Consolidado

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Análise Horizontal		Análise Horizontal	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	2021 x 2020		2020 x 2019	
Receita operacional líquida	2.211.159	1.495.594	1.185.113	715.565	48%	310.481	26%
Custos dos produtos e serviços vendidos	(2.272.538)	(1.605.972)	(1.147.196)	(666.566)	42%	(458.776)	40%
Resultado bruto	(61.379)	(110.378)	37.917	48.999	-44%	(148.295)	-391%
Receitas/(despesas) operacionais:							
Gerais e administrativas	(319.481)	(273.463)	(231.353)	(46.018)	17%	(42.110)	18%
Remuneração da administração	(1.620)	(1.620)	(1.469)	-	0%	(151)	10%
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	0%	-	0%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	93.524	(357)	(46)	93.881	-26297%	(311)	676%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro	(288.956)	(385.818)	(194.951)	96.862	-25%	(190.867)	98%
Resultado financeiro, líquido							
Receitas financeiras	64	11.227	8.379	(11.163)	-99%	2.848	34%
Despesas financeiras	(72.956)	(38.395)	(41.891)	(34.561)	90%	3.496	-8%
	(72.892)	(27.168)	(33.512)	(45.724)	168%	6.344	-19%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(361.848)	(412.986)	(228.463)	51.138	-12%	(184.523)	81%
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	-	-	-	-	0%	-	0%
Diferido	-	-	-	-	0%	-	0%
Resultado líquido antes da participação de não controladores	(361.848)	(412.986)	(228.463)	51.138	-12%	(184.523)	81%
Participação de não controladores	92	75	103	17	23%	(28)	-27%
Prejuízo do exercício	(361.756)	(412.911)	(228.360)	51.155	-12%	(184.551)	81%

* * *

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve nenhuma alteração na participação societária da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais:

A Companhia ressalta em “Eventos Subsequentes”, em suas Demonstrações Financeiras de 2021, que em 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou a maior operação militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Especialistas mundiais, temem que essa ação possa inaugurar uma nova era de incertezas, perturbar as cadeias de abastecimento e a economia global e forçar uma mudança na influência geopolítica. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas, a Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

* * *

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis e Ressalvas e ênfases no parecer do auditor:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação “OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral” na preparação de suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, sendo evidenciadas e correspondendo às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve alterações das práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

A Companhia esclarece que a principal ressalva apontada pelo auditor é especificamente ligada à postergação do recolhimento das obrigações fiscais atrasadas e correntes, pela falta de liquidez da Companhia, observada desde a desapropriação das instalações industriais pelo Governo do Estado de Rio de Janeiro, e que também contribuiu diretamente para o pedido de recuperação judicial. Abaixo, transcreve-se o parágrafo do Relatório de Revisão Especial sobre as demonstrações financeiras com data base de 31 de dezembro de 2021.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

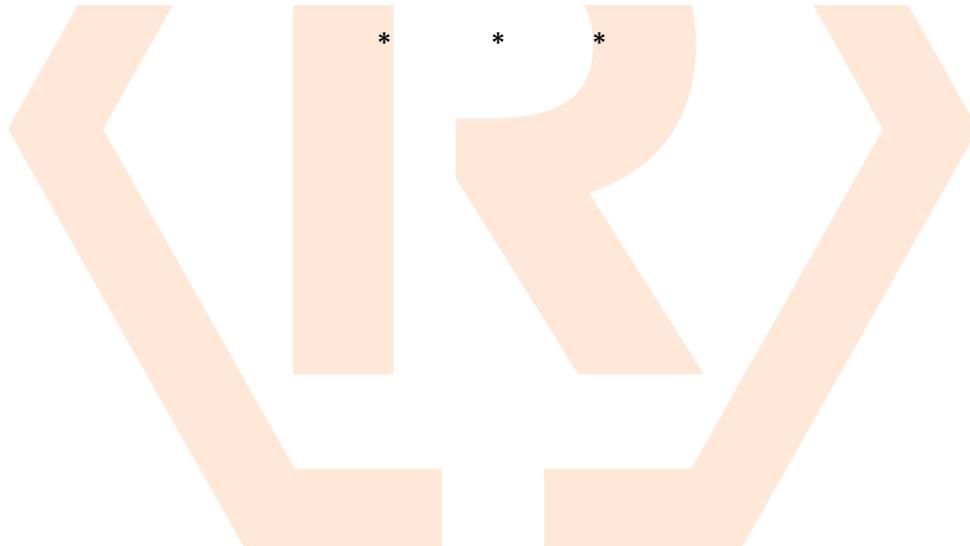
a. A Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2021 os montantes de R\$ 6.642.905mil e R\$ 6.643.273mil respectivamente, referente as obrigações tributárias na esfera Estadual que se encontram pendentes de pagamento e atualização monetária em decorrência do processo de negociação juntos aos Estados. Como consequência, não foi possível nas circunstâncias concluir quanto aos possíveis impactos nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Ênfase - Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou déficit de R\$ 361.756mil. Naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$3.168.841mil e R\$3.169.771mil na controladora e consolidado, respectivamente, o passivo a descoberto em R\$3.554.154mil e o endividamento total em R\$9.770.024mil. A Administração da Companhia vem implantando ações para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades. A continuidade das atividades da Companhia e suas controladas dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na continuidade normal de suas atividades, e não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuar em exercendo suas atividades.



10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requer em maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na Nota explicativa n.º3.1.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2022.

Na preparação das demonstrações financeiras, as premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data-base das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos são descritas a seguir:

a) **Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa**

Essa provisão é fundamentada em análise de histórico de perdas ou conhecimento de dificuldade financeira do cliente, monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber. Cabe ressaltar que a Administração não estimou perdas futuras com relação aos saldos apresentados ao final do exercício de 2021.

b) **Provisão para perdas de estoques**

A provisão para perdas de estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos em sua planta industrial.

c) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e suas controladas, poderão afetar adversamente as probabilidades e conseqüentemente as estimativas realizadas.

A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, principalmente, fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, como resultado de acontecimentos do passado, para provável saída de recursos envolvendo benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

d) Imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

- Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os gastos com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

- Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, no mínimo, anualmente, o valor contábil líquido de seus principais ativos, em especial, o imobilizado, os investimentos e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente.

Não foram registradas perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

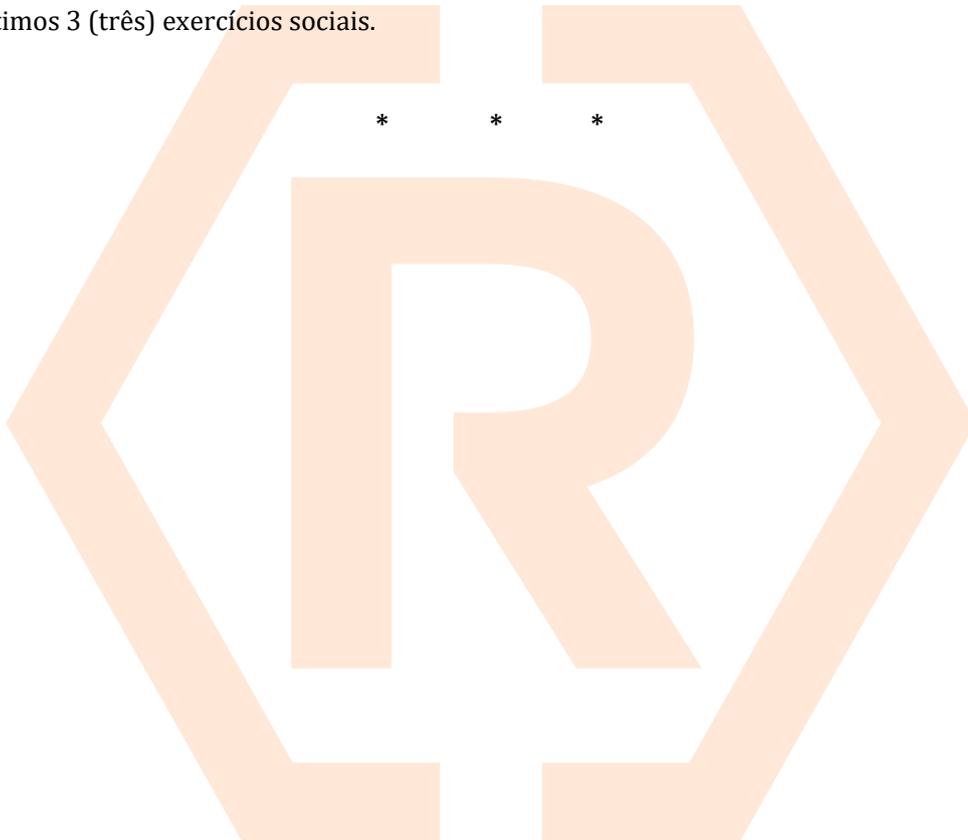
* * *

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras: (a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e (b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

* * *



10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

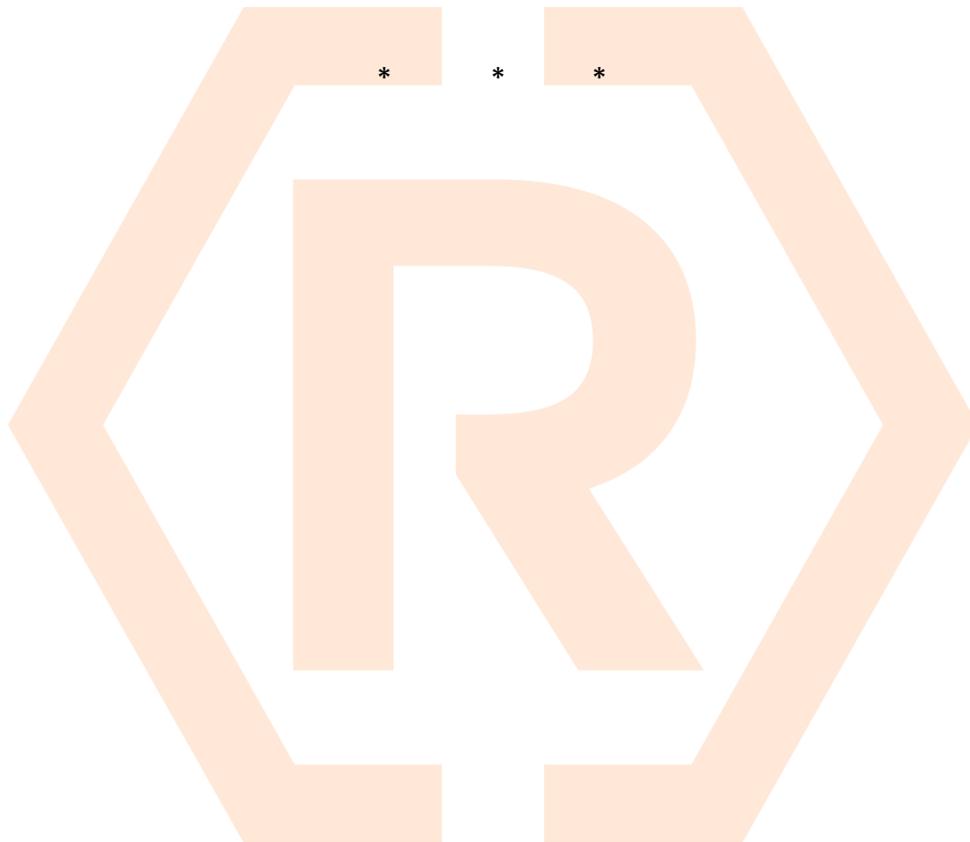
10.7. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

(b) natureza e o propósito da operação e;

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Os Diretores esclarecem que a Companhia não teve itens não evidenciados que possam ser atribuídos a quaisquer dos eventos relacionados acima nos últimos 3 (três) exercícios sociais.



10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

A Companhia esclarece que não possui um plano de negócios com um *guidance* determinado. Paralelamente, está investindo em melhorias e adequações em sua usina para fazer frente aos novos desafios do mercado de combustíveis, que tem como seu foco principal a venda de 50% das refinarias da Petrobras, o que trará novas oportunidades para o mercado.

Em 2021 e 2020 a Companhia fez investimentos em melhorias e adequações em pontos específicos de sua planta de produção com vistas na revitalização de seus ativos e torna-los mais eficientes. Foram iniciados três projetos no decorrer de 2020 os quais foram finalizados em 2021, são eles: (i) modernização da sala de controle, que visa a atualização tecnológica dos equipamentos, contribuindo na melhor operacionalização da produção; (ii) atualização do sistema digital de controle e distribuição (SDCD) da Unidade Industrial que permitirá uma melhor automação e controle das colunas de destilação, melhorando a produtividade, precisão e segurança operacional, contribuindo na diminuição de custos de produção, entre outros; (iii) ampliação da capacidade de processamento da coluna E-2002 da unidade de destilação atmosférica U-2000, que permitirá ter uma capacidade de processamento de 14.300 barris de petróleo dia (bpd) após finalização do projeto, incremento de 43%.

Em 2021 a Companhia informa que manteve-se atenta às demais necessidades de seu parque industrial acerca de manutenções com o objetivo de manter a sua capacidade produtiva e escoamento dos seus produtos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A principal fonte de capital para os investimentos da Companhia vem de seu fluxo de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

A Companhia não tem desinvestimentos em andamento.

10.8 - Plano de Negócios

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

A Companhia não fez nenhuma divulgação nesse sentido.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

A Companhia informa que o início da produção de Diesel S10 não gerou a incidência de valores monetários em 2020, uma vez que os investimentos foram realizados nos exercícios sociais de 2018 e 2019 como já mencionado pela Companhia.

A Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou, em 01 de julho de 2021, que a partir do mês de julho passou a comercializar uma nova linha de combustíveis aditivados de série, denominada FIT UFC, com maior octanagem, já contemplando RON mínimo 93. A Gasolina e o Diesel são produzidos pela Refit e recebem os aditivos diretamente na origem, antes de seguirem para a distribuição.

* * *

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Os Diretores comentam que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos tópicos acima.

* * *



11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.0. Projeções

11.1. As projeções devem identificar:

- a. Objeto da projeção
- b. Período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

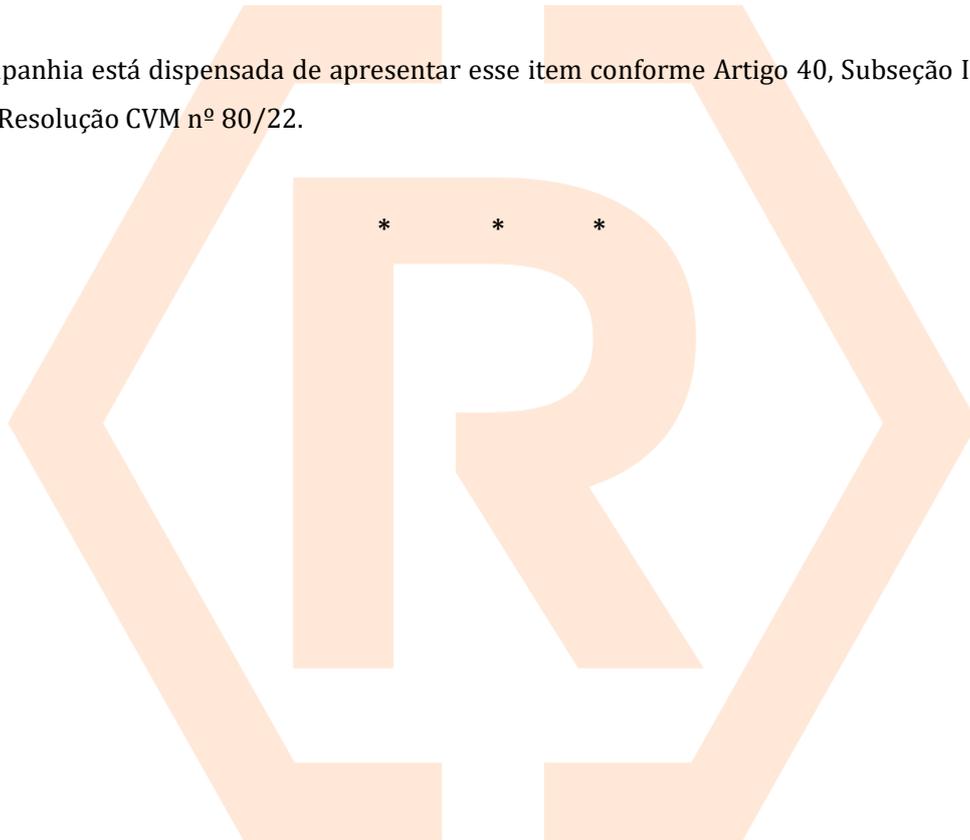


11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.



12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.0. Assembleia Geral e Administração

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. **Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

i. **Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**

ii. **Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**

iii. **De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

b. **Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

c. **Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

d. **Se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

i. **A periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- ii. **Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**
- iii. **Como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**
- iv. **Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

- a. **Prazos de convocação**
- b. **Competências**
- c. **Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise**
- d. **Identificação e administração de conflitos de interesses**
- e. **Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**
- f. **Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**
- g. **Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**
- h. **Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**
- i. **Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**
- j. **Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**
- k. **Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

- a. **Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**
- b. **Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**
- c. **Regras de identificação e administração de conflitos de interesses**
- d. **Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**
 - i. **Órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
 - ii. **Principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Paulo Henrique Oliveira de Menezes 829.204.357-87	22/08/1965 Economista	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	03/09/2021 03/09/2021	2 anos Não	1 0.00%
Reeleito Diretor sem Designação Específica em reunião do Conselho de Administração realizada em 03/09/2021, tomando posse na mesma data e com mandato de 2 anos.					
Agustin Porto Simal 120.070.560-20	18/05/1950 Contador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Compliance	18/05/2023 19/05/2025	2 anos Não	0 0.00%
Não aplicável. Reeleito Diretor de Compliance em reunião do Conselho de Administração, realizada em 18/05/2023, tomando posse na mesma data e com mandato de 2 anos.					
Ronaldo de Almeida Nobre 037.382.057-72	13/12/1943 Engenheiro e Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	17/07/2023 17/07/2023	03 anos Sim	5 100.00%
Não aplicável. O Sr. Ronaldo de Almeida Nobre foi eleito Presidente do Conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária de 17/07/2023.					
Simone Zontak Flit 078.644.327-86	01/04/1975 Administradora de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	17/07/2023 17/07/2023	03 anos Sim	3 100.00%
Não aplicável. Eleita como Vice-Presidente do Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/07/2023.					
Nelson de Almeida Costa 221.550.907-49	07/07/1944 Contador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/07/2023 17/07/2023	03 anos Sim	0 0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
N/A					
Úrsula Lourenço Matias da Silva	01/07/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/07/2023	03 anos	0
100.600.827-63	Administradora	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/07/2023	Não	0.00%
N/A					
Rafael Vieira de Oliveira	19/12/1988	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/07/2023	03 anos	0
028.937.143-07	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/07/2023	Não	0.00%
N/A					
Jorge Luiz Cruz Monteiro	25/10/1962	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	17/07/2023	03 anos	6
723.515.007-68	Engenheiro	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	17/07/2023	Sim	100.00%
Reeleito como Diretor-Presidente em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03/09/2021, tomando posse na mesma data e com mandato de 2 anos. Reeleito como Conselheiro efetivo em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/07/2023.					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Paulo Henrique Oliveira de Menezes - 829.204.357-87

Paulo Henrique Oliveira de Menezes é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com Pós-graduação em Filosofia Contemporânea pela PUC-RJ. O Sr. Paulo Henrique Oliveira de Menezes não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, e nenhuma condenação transitada em julgado, que impeça a prática de suas atividades profissionais.

Agustin Porto Simal - 120.070.560-20

Agustin Porto Simal é contador, tendo atuado, nos últimos anos, em diversas empresas na área administrativa/financeira, tais como: i) SESC (Administração Regional do Rio de Janeiro - nov/2012 a fev/2015) onde teve a oportunidade de aplicar o conhecimento generalista adquirido ao longo dos anos, principalmente na revisão dos Editais de Licitações (foi membro da Comissão Permanente de Licitações), na revisão dos Atos Normativos bem como na elaboração da estrutura e o respectivo quadro de lotação da Superintendência de Administração.; e ii) VARIG trabalhando por 9 anos como Auditor Interno, atuando no Brasil e exterior, teve a oportunidade de ter uma ampla visão de todas as áreas da Empresa. Ainda na VARIG, trabalhando por 12 anos na Presidência, como Assistente, e conhecendo profundamente as normas internas e os serviços oferecidos e mantendo contatos frequentes com autoridades e grandes clientes, adquiriu e desenvolveu uma elevada capacidade analítica e senso crítico, habilidades para a identificação e solução de problemas, administração de rotinas e conflitos e a criação de sistemas de controle interno. Agustin Porto Simal não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, e nenhuma condenação transitada em julgado, que impeça a prática de suas atividades profissionais.

Ronaldo de Almeida Nobre - 037.382.057-72

Ronaldo Nobre é formado em engenharia pelo ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica e em Economia pela Faculdade de Economia do Rio de Janeiro, com pós graduação pelo Northwestern University em Chicago. Atua como membro do Conselho da Refinaria de Petróleos de Manguinhos desde 2013, sendo que, atualmente, não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Ronaldo de Almeida Nobre não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo sancionador da CVM nº 19957.005762/2019-40, julgado em 23/06/2020, foi condenado à advertência, não sendo inabilitado para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto; e (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ronaldo Nobre declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Simone Zontak Flit - 078.644.327-86

A Sra. Simone Zontak Flit é formada em Administração de Empresas pela Universidade Candido Mendes, atuou por 10 anos no Grupo Ediuoro onde exerceu cargo de confiança na equipe de um dos acionistas tendo se envolvido no planejamento estratégico e execução de diversos projetos relevantes. A Sra. Simone Zontak Flit não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo sancionador da CVM nº 19957.005762/2019-40, julgado em 23/06/2020, foi condenada à advertência, não sendo inabilitada para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto; e (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Simone Zontak declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nelson de Almeida Costa - 221.550.907-49

O Sr. Nelson de Almeida Costa é formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, com MBA em Auditoria e Contabilidade pela Universidade Federal Fluminense. Possui experiência profissional na área de auditoria externa contábil e fiscal há 45 anos, atuando em empresas privadas, estatais e Organizações não governamentais ("ONG"). O Sr. Nelson de Almeida Costa não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Nelson de Almeida Costa declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Úrsula Lourenço Matias da Silva - 100.600.827-63

A Sra. Úrsula Lourenço Matias da Silva é formada em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá, atua há mais de 10 anos na SEIER Auditoria Independente Ltda. onde exerce função de diretora administrativa. Atuou por 2 anos como responsável pela área de auditoria na MGF Auditoria Independente Ltda. e atuou, também, na BDO Auditores Independentes. A Sra. Úrsula Lourenço Matias da Silva não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Úrsula Lourenço Matias da Silva declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Rafael Vieira de Oliveira - 028.937.143-07

O Sr. Rafael Vieira de Oliveira é formado em Pedagogia e Administração Pública pela Universidade Metropolitana de Santos, e possui pós-graduação em Administração Pública pela Universidade Candido Mendes. Atualmente, o Sr. Rafael Vieira de Oliveira é: Assessor Parlamentar do Senado Federal desde 2019; tendo exercido a função de assessor parlamentar na Câmara dos Deputados a partir de 2017. Iniciou suas atividades como Secretário Executivo da Prefeitura de São Luís/MA, em 2009, tendo desempenhado a função de Assessor Especial do Governo do Estado do Maranhão no biênio 2015-2017. O Sr. Rafael Vieira de Oliveira não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rafael Vieira de Oliveira declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Jorge Luiz Cruz Monteiro - 723.515.007-68

O Sr. Jorge Luiz Monteiro possui mais de 30 anos de experiência na área química, possui formação técnica e superior em Química pela UFRJ, além de especialização em Administração e em Química e mestrado em Engenharia de Polímeros, também na UFRJ. Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro entre 1981-1986. Química Industrial 1986-1990 (FRNL-IME). Escola de Engenharia Química UFRJ - 1986. Especializações : COPPEAD 1998-1999. UFRJ Química Mestrado 2006-2007. FGV-PETROBRAS. Gerenciamento de Projetos e ênfase em Planejamento entre 2007-2008, sendo que, atualmente ocupa cargos na Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. (administrador); Manguinhos Distribuidora S.A. (diretor); e Brickel B Fomento S.A. (diretor).

O Sr. Jorge Monteiro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo sancionador da CVM nº 19957.005762/2019-40 julgado em 23/06/2020 foi condenado à advertência, não sendo inabilitado para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto; e (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Jorge Monteiro declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Paulo Henrique Oliveira de Menezes - 829.204.357-87	
-----------------------------------------------------	--

Processos Administrativos	Em processo sancionador CVM 19957.005762/2019-40 julgado em de 23 de junho de 2020 teve pena de advertência e multa no total de R\$ 160.000.
Agustin Porto Simal - 120.070.560-20	
N/A	
Ronaldo de Almeida Nobre - 037.382.057-72	
Processos Administrativos	Em processo sancionador CVM 19957.005762/2019-40 julgado em de 23 de junho de 2020 teve pena de advertência, não sendo inabilitado para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto.
Simone Zontak Flit - 078.644.327-86	
Processos Administrativos	Em processo sancionador CVM 19957.005762/2019-40 julgado em de 23 de junho de 2020 teve pena de advertência, não sendo inabilitada para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto.
Nelson de Almeida Costa - 221.550.907-49	
N/A	N/A
Úrsula Lourenço Matias da Silva - 100.600.827-63	
N/A	N/A
Rafael Vieira de Oliveira - 028.937.143-07	
N/A	N/A
Jorge Luiz Cruz Monteiro - 723.515.007-68	
Processos Administrativos	Em processo sancionador CVM 19957.005762/2019-40 julgado em de 23 de junho de 2020 teve pena de advertência, não sendo inabilitado para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto.

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia informa que não possui nenhum Comitê Estatutário instalado em sua estrutura.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--------------------------------------------------------------	----------------------------

Exercício Social 31/12/2021Administrador do Emissor

Jorge Luiz Cruz Monteiro

723.515.007-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Manguinhos Distribuidora S.A.

33.461.567/0001-14

Diretor-Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Jorge Luiz Cruz Monteiro

723.515.007-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.

09.008.431/0001-79

Administrador

Observação**Exercício Social 31/12/2020**Administrador do Emissor

Jorge Luiz Cruz Monteiro

723.515.007-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.

09.008.431/0001-79

Administrador

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Jorge Luiz Cruz Monteiro

723.515.007-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Manguinhos Distribuidora S.A.

33.461.567/0001-14

Diretor-Presidente

Observação**Exercício Social 31/12/2019****Administrador do Emissor**

Jorge Luiz Cruz Monteiro

723.515.007-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.

09.008.431/0001-79

Administrador

Observação**Administrador do Emissor**

Jorge Luiz Cruz Monteiro

723.515.007-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Manguinhos Distribuidora S.A.

33.461.567/0001-14

Diretor-Presidente

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.0. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (“administradores”) de acordo ao estipulado na Proposta da Administração, analisada e previamente aprovada pelo Conselho de Administração. A companhia adota como base para a definição da remuneração de seus administradores os seguintes critérios:

- I. Atrair, reter e motivar profissionais que detenham qualificação, competência e perfil que atendam às características e necessidades do negócio da Companhia;
- II. Alinhar os interesses dos membros do conselho e diretoria da Companhia às crenças de gestão e aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo;
- III. Promover práticas de remuneração atraentes, motivando a recompensa pelo desempenho, tendo em vista o alcance de metas individuais e da Companhia;
- IV. Estimular o crescimento, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e, conseqüentemente, a criação de valor de longo prazo para a Companhia e seus acionistas;
- V. Fornecer remuneração competitiva em relação à remuneração praticada pelo mercado.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

O Conselho de Administração e Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa composta por 12 (doze) parcelas fixas mensais ao ano (pagas sob o título de pró-labore), cujo valor é determinado tendo em vista, entre outros fatores, as responsabilidades, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, responsabilidade e a complexidade inerente ao cargo. Quando necessário, os membros do Conselho de Administração são reembolsados pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

Os benefícios oferecidos consistem em Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Vale Refeição, Vale Alimentação e Estacionamento, tendo como objetivo estar alinhado às práticas de mercado.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, a proporção de cada elemento na composição da remuneração total, tanto para os membros do Conselho de Administração como da Diretoria Estatutária é a seguinte:

Conselho de Administração				
	Previsto 2022	Real 2021	Real 2020	Real 2019
Salários/Pró-labore	96%	96%	96%	95%
Benefícios	4%	4%	4%	5%
Diretoria Estatutária				
Salários/Pró-labore	99%	99%	99%	98%
Benefícios	1%	1%	1%	2%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

A Companhia procura manter a competitividade e atualidade de sua prática de remuneração. Para tanto, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, ou não, comparando suas práticas às de outras empresas do mesmo porte, setor e referência no mercado.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A definição dos elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária visa a atrair e reter profissionais, garantindo remuneração competitiva e alinhada às práticas de mercado.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

A companhia não teve nenhum membro de sua administração não remunerado para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A remuneração a que fazem jus os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária é fixa. Sendo considerado, de maneira geral, para determinação do montante, o desempenho financeiro e operacional da empresa no último exercício social encerrado.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

O montante anual da remuneração dos administradores é fixo e determinado tendo como referência o desempenho da Companhia no último exercício social encerrado.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo.

A Companhia busca alinhar sua remuneração visando a atração e retenção de profissionais qualificados por meio da definição de uma remuneração fixa que reconheça e reflita, dentre outros elementos, o desempenho, demanda de tempo, responsabilidades e conhecimento de seus administradores e, conforme o caso, também por meio de pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva não recebem remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou coligadas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há remuneração ou qualquer tipo de benefício vinculado a ocorrência de evento societário.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

h. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. Os órgãos e Comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer a remuneração global dos administradores.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A remuneração global dos administradores é definida a partir de práticas de mercado para o setor, especialmente os adotados para empresas do mesmo porte que a companhia.

iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor.

A avaliação da adequação da remuneração ocorre, geralmente, de forma anual. Porém, caso necessário, essa avaliação poderá ser realizada em períodos menores, apoiada por meio da realização de pesquisas referenciais conduzidas por empresas especializadas, ou não, nas quais se observa o comportamento da remuneração de empresas do mesmo porte e segmento ao da Companhia.

* * *

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	666.798,00	1.074.162,00		1.740.960,00
Benefícios direto e indireto	22.888,00	14.727,00		37.615,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	689.686,00	1.088.889,00		1.778.575,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	606.180,00	976.511,00		1.582.691,00
Benefícios direto e indireto	22.888,00	14.727,00		37.615,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	629.068,00	991.238,00		1.620.306,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,50		5,50
Nº de membros remunerados	3,00	2,50		5,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	606.180,00	976.510,85		1.582.690,85
Benefícios direto e indireto	22.888,00	14.726,52		37.614,52
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	629.068,00	991.237,37		1.620.305,37

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	433.204,20	1.035.532,56		1.468.736,76
Benefícios direto e indireto	22.412,41	21.135,39		43.547,80
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	455.616,61	1.056.667,95		1.512.284,56

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação ao bônus:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;
- e. Em relação à participação no resultado:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido ao resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Não se aplica, uma vez que as remunerações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são fixas.

* * *

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. Termos e condições gerais;**
- b. Principais objetivos do plano;**
- c. Forma como o plano contribui para esses objetivos;**
- d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia;**
- e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo;**
- f. Número máximo de ações abrangidas;**
- g. Número máximo de opções a serem outorgadas;**
- h. Condições de aquisição de ações;**
- i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;**
- j. Critérios para fixação do prazo de exercício.**
- k. Forma de liquidação;**
- l. Restrições à transferência das ações;**
- m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;**
- n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

A Companhia não possui planos de incentivo em longo prazo ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações.

* * *

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. Data de Outorga
 - ii. Quantidade de opções outorgadas
 - iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. Prazo máximo para exercício das opções
 - v. Prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - Em aberto no início do exercício social
 - Perdidas durante o exercício social
 - Exercidas durante o exercício social
 - Expiradas durante o exercício social
- e. Valor justo das opções na data de cada outorga;
- f. Diluição potencial em caso do exercício de todas as opções outorgadas.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

*

*

*

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;**
- b. Número de membros;**
- c. Número de membros remunerados;**
- d. Em relação às opções ainda não exercíveis:**
 - i. Quantidade;**
 - ii. Data em que se tornarão exercíveis;**
 - iii. Prazo máximo para exercício das opções;**
 - iv. Prazo de restrição à transferência das ações;**
 - v. Preço médio ponderado de exercício;**
 - vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social;**
- e. Em relação às opções exercíveis:**
 - i. Quantidade;**
 - ii. Prazo máximo para exercício das opções;**
 - iii. Prazo de restrição à transferência das ações;**
 - iv. Valor justo das opções no último dia do exercício social;**
 - v. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social.**

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

* * *

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. **Órgão;**
- b. **Número de membros;**
- c. **Número de membros remunerados;**
- d. **Em relação às opções exercidas informar:**
 - i. **Número de ações;**
 - ii. **Preço médio ponderado de exercício;**
 - iii. **Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas;**
- e. **Em relação às ações entregues informar:**
 - i. **Número de ações;**
 - ii. **Preço médio ponderado de aquisição;**
 - iii. **Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.**

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

* * *

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. Modelo de precificação;**
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;**
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;**
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada;**
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

* * *

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2021		
	Quantidade ações	% Participação
Conselho de Administração	25.302	0,04%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%

Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2020		
	Quantidade ações	% Participação
Conselho de Administração	25.202	0,04%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%

Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2019		
	Quantidade ações	% Participação
Conselho de Administração	42.122	0,1%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%

Não há outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum que sejam detidos por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

*

*

*

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Em relação aos Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. **Órgão;**
- b. **Número de membros;**
- c. **Número de membros remunerados;**
- d. **Nome do plano;**
- e. **Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;**
- f. **Condições para se aposentar antecipadamente;**
- g. **Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;**
- h. **Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;**
- i. **Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.**

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

* * *

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	3,00	2,50	3,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,50	3,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	339.869,00	339.868,60	239.868,60	246.180,00	246.180,00	180.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	158.301,00	158.300,85	120.000,00	180.000,00	180.000,00	73.240,20
Valor médio da remuneração(Reais)	249.085,00	249.084,73	176.892,80	205.849,00	213.090,00	144.401,40

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

A Companhia não possui os instrumentos mencionados neste tópico.

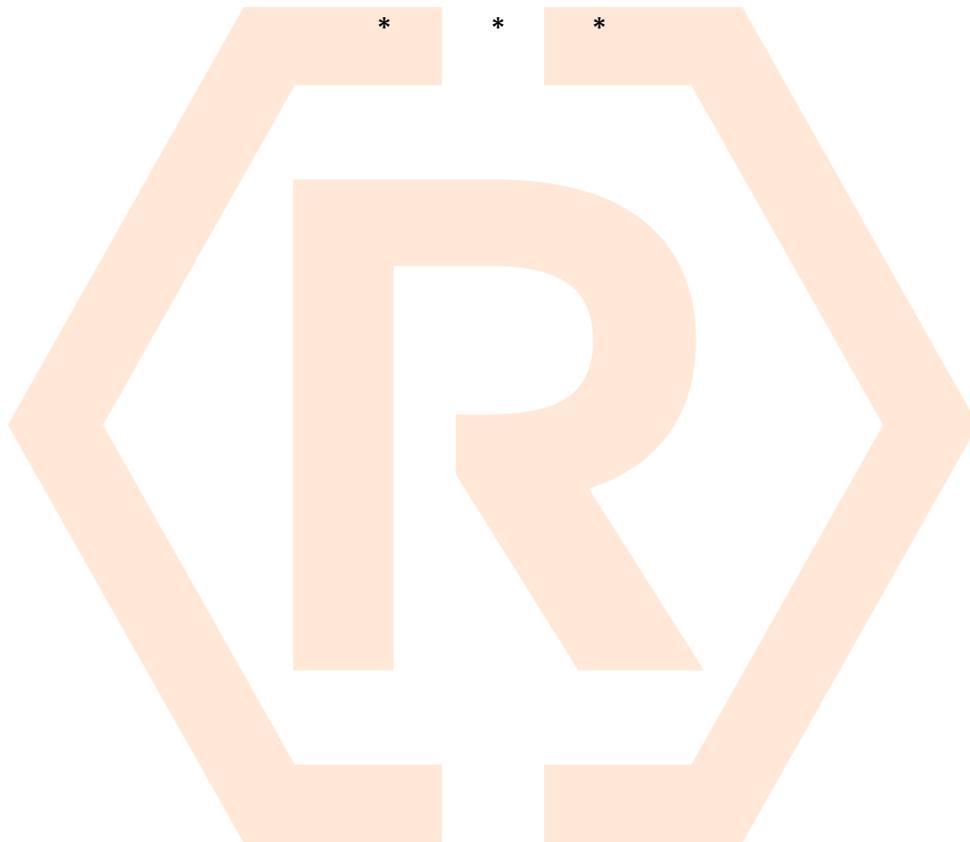
* * *



13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

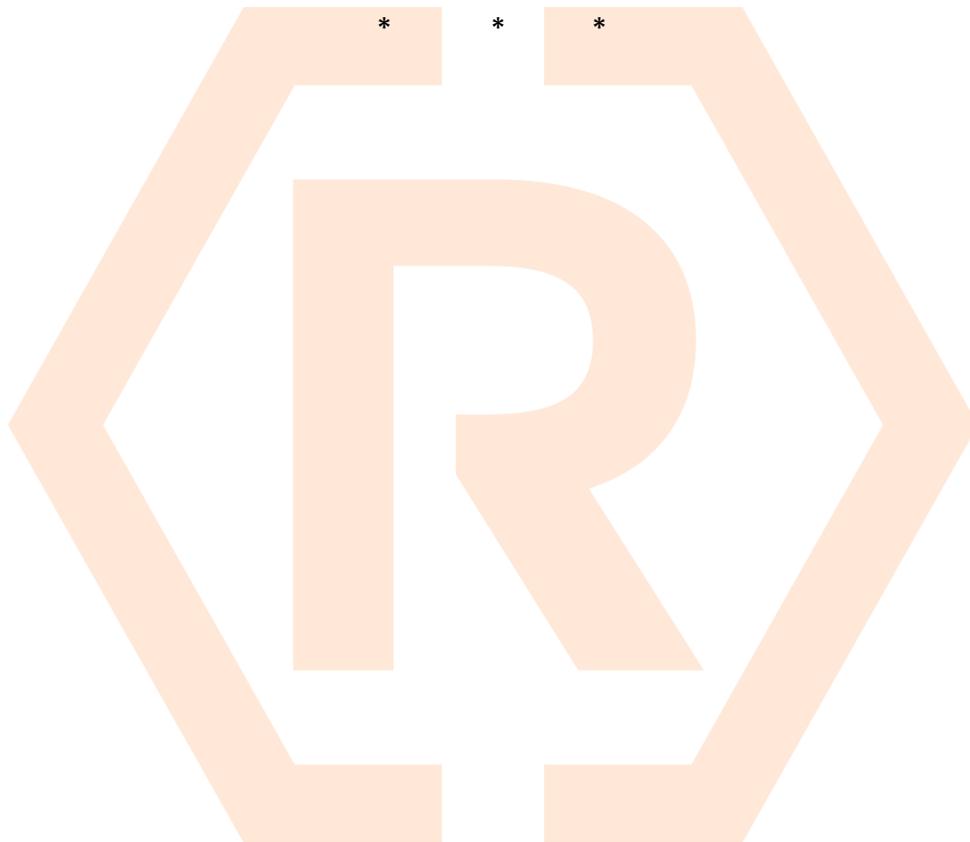
Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que fossem partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.



13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

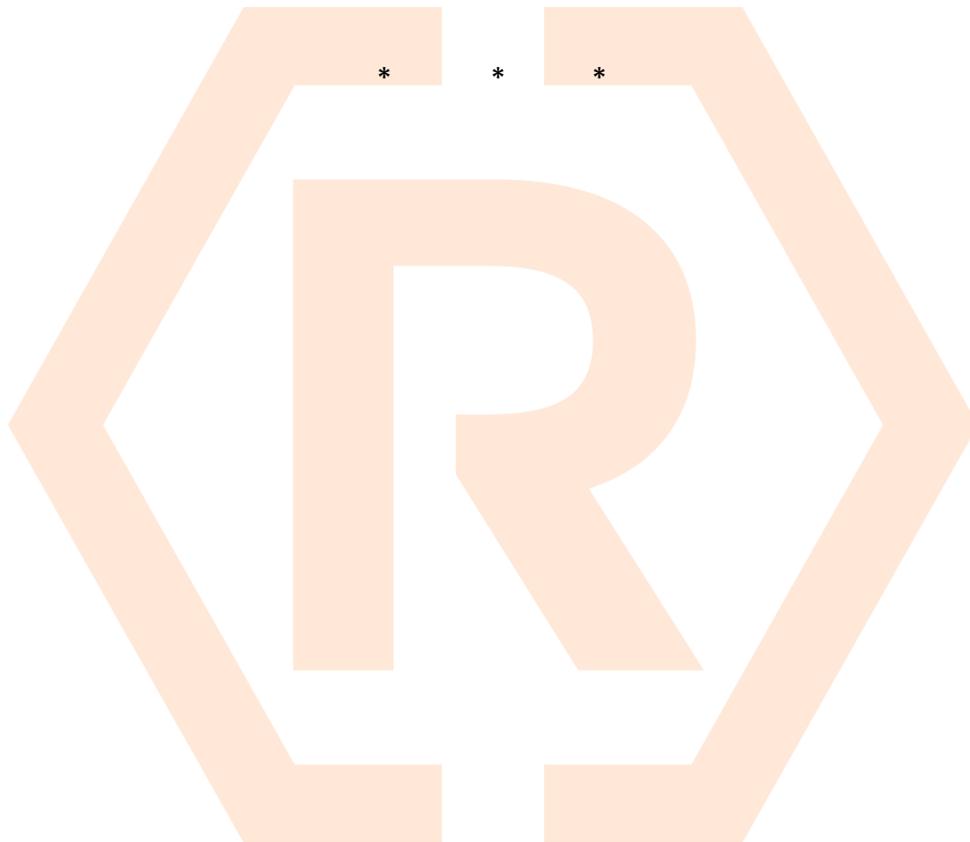
Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve pagamento de qualquer valor para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a remuneração pela função que ocupam.



13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum ou controladas da Companhia a título de remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.



13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes sobre a remuneração dos administradores.

* * *



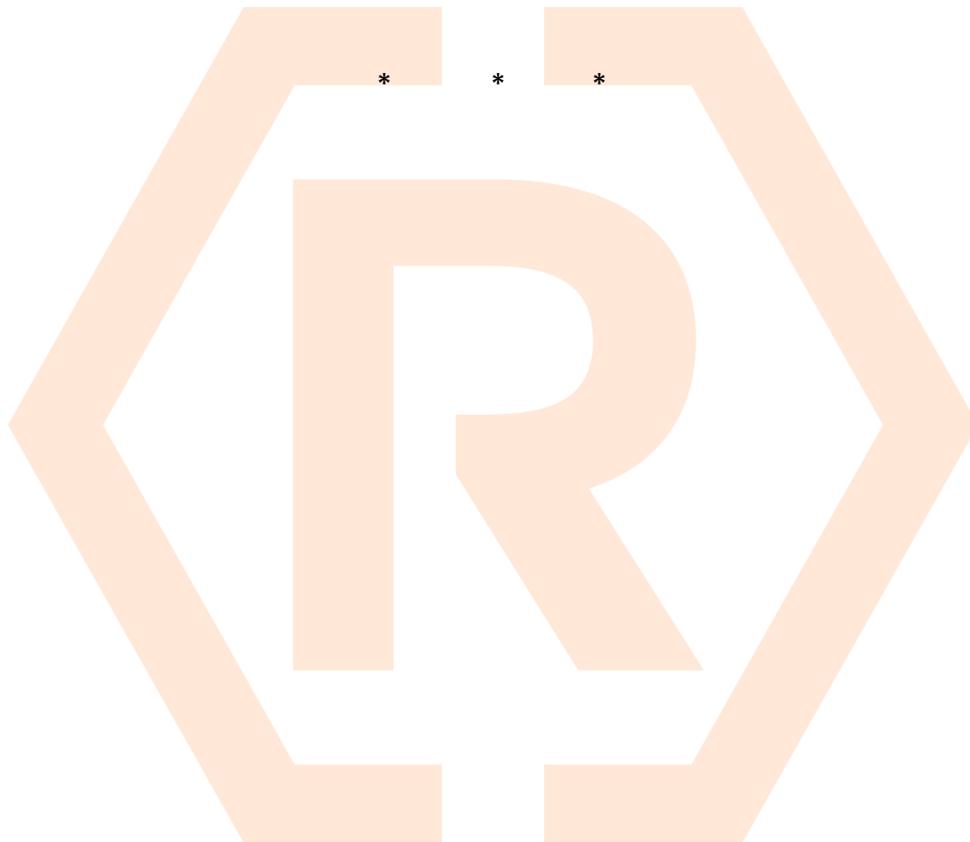
14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.0. Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

- a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
- b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
- c. Índice de rotatividade

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.



14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. Política de salários e remuneração variável

b. Política de benefícios

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. Grupos de beneficiários

ii. Condições para exercício

iii. Preços de exercício

iv. Prazos de exercício

v. Quantidades de ações comprometidas pelo plano

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
PLANO POSTALPREV						
48.307.182/0001-74	Brasileira-DF	Não	Não	22/06/2023		
Não						
	10.543.200	15,575%	0	0,000%	10.543.200	15,575%
XOROQUE PARTICIPAÇÕES S.A.						
10.338.619/0001-64	Brasileira-RJ	Não	Sim	17/07/2023		
Não						
	45.131.199	66,672%	0	0,000%	45.131.199	66,672%
OUTROS						
	12.009.881	17,742%	0	0,000%	12.009.881	17,742%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	7.349	0,011%	0	0,000%	7.349	0,011%
TOTAL						
	67.691.629	100,000%	0	0,000%	67.691.629	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
XOROQUE PARTICIPAÇÕES S.A.				10.338.619/0001-64		
Fit Participações SA						
07.021.622/0001-45	Brasileira-RJ	Não	Sim	07/01/2014		
Não						
52.351.220	100,000	0	0,000	52.351.220	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
52.351.220	100,000	0	0,000	52.351.220	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fit Participações SA				07.021.622/0001-45		
JOÃO MANUEL MAGRO						
593.596.768-53	BRASILEIRO-SP	Não	Sim			
Sim	JOÃO MANUEL MAGRO		Física	593.596.768-53		
7.500.000	100,000	0	0,000	7.500.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.500.000	100,000	0	0,000	7.500.000	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	22/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	6.397
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	39
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	23.650.947	34,939%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	23.650.947	34,939%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a. Todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações**
- b. Principais controladas e coligadas do emissor**
- c. Participações do emissor em sociedades do grupo**
- d. Participações de sociedades do grupo no emissor**
- e. Principais sociedades sob controle comum**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. Partes

b. Data de celebração

c. Prazo de vigência

d. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

a. Evento

b. Principais condições do negócio

c. Sociedades envolvidas

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

e. Quadro societário antes e depois da operação

f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

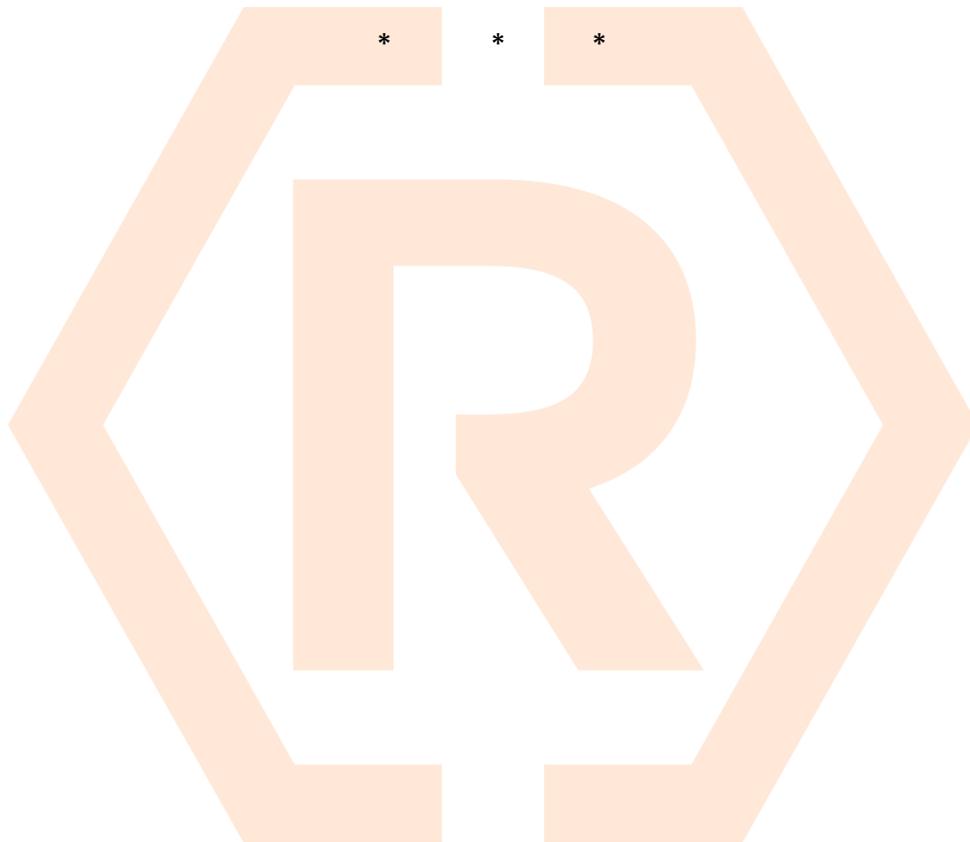


16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.0. Transações com Partes Relacionadas

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.



16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

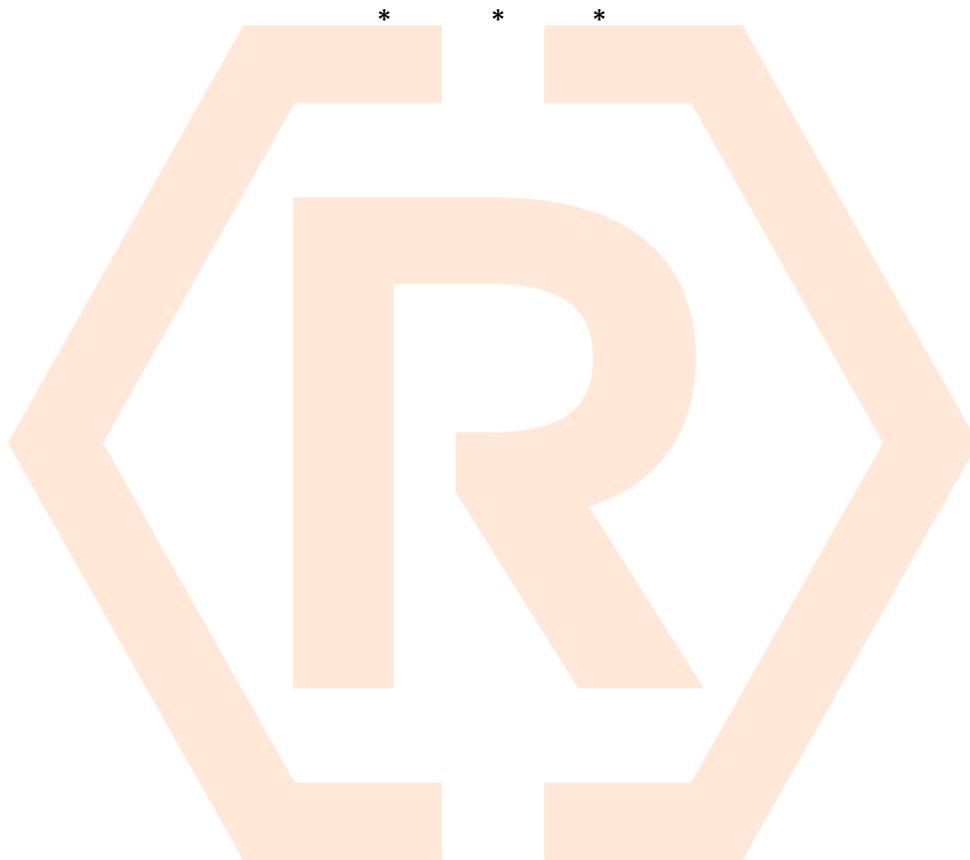
A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

- a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e**
- b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.



16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
29/01/2016	208.713.674,85		67.691.629	0	67.691.629

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
16/12/2014	Assembleia Geral Extraordinária	16/12/2014	59.840.318,79	Subscrição particular	211.702.736	0	211.702.736	40,20000000	0,28	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

O preço de emissão foi fixado com base no critério de cotação das ações no mercado, de acordo com o inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 170, da Lei nº6.404/76 e com o Parecer de Orientação da CVM nº 01/1978

Forma de integralização

Por meio de capitalização de crédito devido pela majoritária

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
29/01/2016	1.353.832.578	0	1.353.832.578	67.691.629	0	67.691.629

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	A quantia necessária para a distribuição a todos os acionistas de um dividendo obrigatório correspondente a 10% do capital social realizado ou a 25% do lucro líquido ajustado da Companhia, apurado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, prevalecendo o que for maior.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações de Assembleia Geral, salvo na hipótese do artigo 141, "caput", da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não Aplicável
Outras características relevantes	Não Aplicável

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.620.384	3,50	2,75	R\$ por Unidade	3,07
30/06/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	111.673.625	6,30	2,96	R\$ por Unidade	4,74
30/09/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	85.396.143	7,87	3,15	R\$ por Unidade	4,59
31/12/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.592.646	3,84	2,66	R\$ por Unidade	3,11

Exercício social 31/12/2020

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.918.799	5,56	2,05	R\$ por Unidade	4,28
30/06/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.057.082	3,25	2,45	R\$ por Unidade	2,94
30/09/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.005.042	3,15	2,54	R\$ por Unidade	2,81
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.650.510	2,97	2,51	R\$ por Unidade	2,79

Exercício social 31/12/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.563.306	3,08	2,98	R\$ por Unidade	2,83
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.384.261	2,56	1,74	R\$ por Unidade	1,87
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	116.829.687	12,94	1,83	R\$ por Unidade	5,49
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.728.177	5,90	4,69	R\$ por Unidade	5,03

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

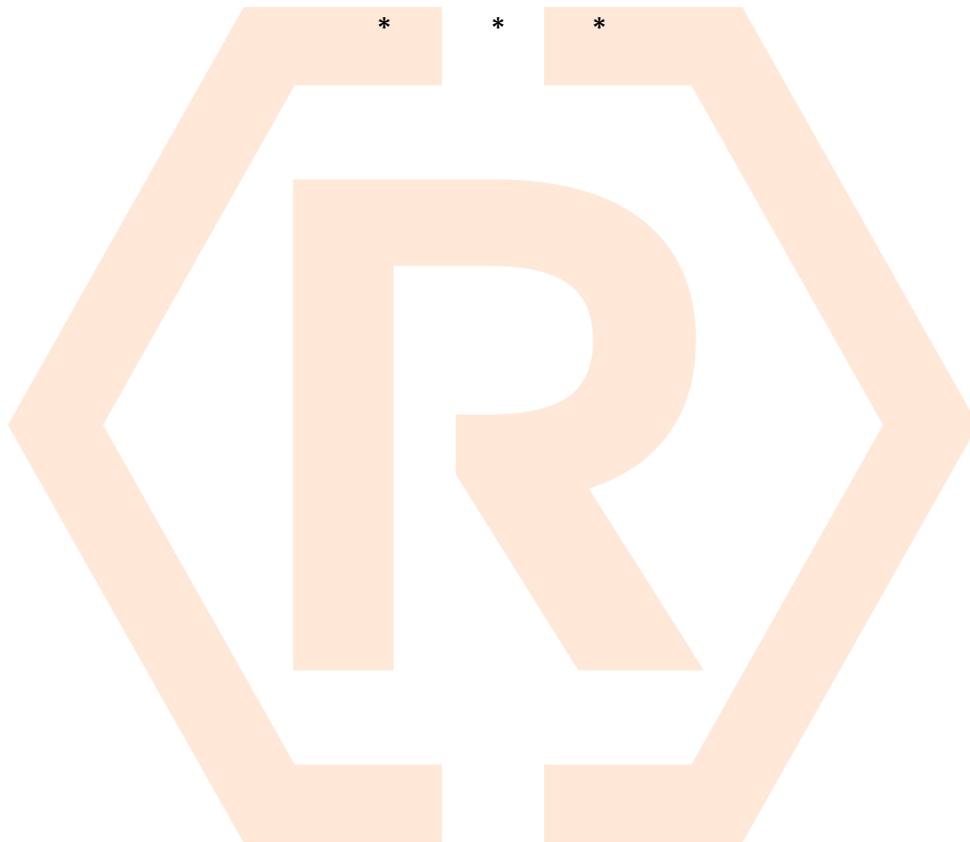


18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

- a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.



18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.0. Política de divulgação de informações.

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *



21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A Companhia está dispensada de apresentar esse item conforme Artigo 40, Subseção II, Seção III, da Resolução CVM nº 80/22.

* * *

